



MARCOS YAKUWA MEKARU

A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E SUAS QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

CAMPINAS

JULHO DE 2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

MARCOS YAKUWA MEKARU

A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E SUAS QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos recursos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Profa. Milena Fernandes de Oliveira

CAMPINAS

JULHO DE 2016

Agradecimentos

Este trabalho foi escrito a várias mãos. Não diretamente, mas sem o apoio de uma série de pessoas e instituições, ele jamais teria sido escrito. Gostaria de agradecê-las, portanto.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, sem o apoio da qual jamais teria sido possível concluir este trabalho – ou uma série de outras coisas - de inúmeras formas.

Há muitas amizades, e todas são importantes, mas dentre elas, aquela que me ofereceram a Laís, o Júlio, o Alex e a Thaís foram essenciais para que chegasse ao final desta jornada. Agradeço às risadas antes das aulas, aos conselhos e apoio mútuo nas matérias, e à companhia dentro e fora da UNICAMP.

Agradeço aos professores do IE e a seus esforços em transmitir e construir conosco o conhecimento econômico. Mas agradeço em especial à minha orientadora, Milena, por toda a paciência e compreensão durante a execução deste trabalho, e à professora Simone, por fazer parte da minha banca.

Agradeço também aos funcionários e funcionárias das secretarias, do CEDOC, e da limpeza, sem cujo trabalho seria impossível o funcionamento do instituto.

Lista de Abreviações

EHA Escola Histórica Alemã

AEHA Antiga Escola Histórica Alemã

NEHA Nova Escola Histórica Alemã

Resumo

A Escola Histórica Alemã, cujo período de máximo prestígio foi entre as décadas de 1870 a 1910, é um marco pouco conhecido ou discutido dentro da História do Pensamento Econômico. Isto contrasta fortemente com a influência atribuída e exercida por esta escola em sua época. O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar ao leitor a história e pensamento destes autores de maneira geral, e então tocar em alguns debates recentes sobre o tema, que levantam questões metodológicas e historiográficas relevantes.

Palavras-chave: Escola Histórica Alemã. Gustav Schmoller. História do pensamento econômico.

Abstract

The German Historical School of Economics, whose Zenith was between the 1870s and 1910s, is a not-so-often known or discussed landmark in the History of Economic Thought. This is very contrasting with the attributed and exerted by this school of thought in its own time. The objective of this work is to acquaint the reader with the history and ideas of these authors in a general manner, and then introduce him to some recent discussions regarding this theme, that raise some relevant methodological and historiographical questions.

Keywords: German Historical School of Economics. Gustav Schmoller. History of Economic Thought.

Sumário

Lista de Abreviações	III
Resumo	IV
Abstract	V
Introdução	8
1. A Escola Histórica Alemã	9
1.1. Uma Breve Contextualização Histórica	9
1.2. Introdução à EHA	10
1.3. Precursores da EHA	13
1.4. A Antiga Escola Histórica Alemã	16
1.5. A Nova Escola Histórica Alemã	19
1.6. A Novíssima Escola Histórica Alemã	33
2. Legados, debates, uma reavaliação?	39
Conclusão	53
Referências	55

Introdução

Durante o século XIX uma série de novas idéias e abordagens econômicas surgiram, algumas das quais foram absorvidas prontamente pelo cânon da ciência econômica. Entre elas, pode-se apontar o uso muito mais abrangente da matemática e da estatística como ferramenta, e a elaboração de modelos cada vez mais complexos e abstratos para a explicação das variáveis econômicas. Este trabalho não é - ao menos diretamente - sobre estas idéias e os autores que as elaboraram.

Ao invés disto, o objetivo deste trabalho é recuperar a memória de uma das escolas cujo destino foi aparentemente o oposto - a Escola Histórica Alemã. Após um período consideravelmente longo de proeminência, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, ela passou a ser considerada de baixa relevância para o pensamento econômico, e pouco se escreveu sobre ela. Novos estudos têm questionado a necessidade ou a validade do ostracismo ao qual foi relegada esta escola, e reavaliado suas contribuições para a economia, algo que também será abordado neste trabalho.

Há também questões historiográficas que podem surgir a partir deste caso, que se relacionam às formas como a história do pensamento econômico é escrita, e segundo que critérios. Longe de fechar a discussão sobre este tema, este trabalho tem a intenção de sugerir caminhos para novos debates.

O trabalho é dividido em dois capítulos, dos quais o primeiro busca apresentar o pensamento dos autores considerados parte desta escola e situá-los em seu tempo e espaço, a partir da visão de diversos autores. O segundo capítulo se dedica aos novos debates sobre a escola, que, como o título de um dos textos abordados sugere, caracterizam uma pequena “renascença” de estudos sobre ela.

1. A Escola Histórica Alemã

1.1. Uma breve contextualização histórica

Durante o século XIX ocorreram mudanças drásticas na região europeia que viria a se tornar a Alemanha, que, além de se tornar uma nação, se transforma de uma sociedade eminentemente rural em uma potência industrial e econômica. Este processo pode ser sintetizado por meio de alguns eventos-chave, como a constituição inicial da União Tarifária (a *Zollverein*) em 1834, que combina as várias uniões alfandegárias independentes que operavam no período e simplifica a infinidade de sistemas e fronteiras internas à região; a Revolução de 1848, que levanta a bandeira dos ideais liberais, mas fracassa; o *boom* econômico liderado pela expansão ferroviária nas décadas de 1840 e 1850, que acelera o processo de industrialização da região; a unificação das regiões alemãs após a guerra Franco-Prussiana, em 1871, seguida pela longa depressão do quarto final do século XIX.

A transformação econômica da região é acompanhada de outras igualmente intensas no plano social, com as cidades crescendo de forma vertiginosa, alimentadas pela população de antigos camponeses tornados operários e por um crescimento populacional intenso. Esta mudança brusca das estruturas traz consigo novos problemas, como o desemprego em massa, a escassez de moradias e as condições precárias de trabalho para as novas classes baixas; a isso se soma a dissolução lenta das antigas “classes médias” de artesãos e pequenos proprietários rurais frente à industrialização e massificação da produção, no primeiro caso, e no segundo, resultado da concentração de terras e da pauperização que a abertura dos mercados agrícolas causou nesta camada social.

A solução destes problemas é essencial para manter a estabilidade da região, e se torna algo urgente com a organização de movimentos de trabalhadores, e do Partido Social-Democrata Alemão, o *SPD*, que representam um sério risco de subversão da ordem vigente. É neste contexto que surge a chamada “Escola Histórica Alemã de Economia”.

1.2. Introdução à Escola Histórica Alemã

Ao abordar a Escola Histórica Alemã¹ torna-se necessário especificar o que a constitui, quem eram seus membros, e quais seus objetivos, ao menos para delimitar o objeto e o recorte com o qual trabalhamos². Este trabalho pode oferecer a seguinte definição, sintética e bastante vaga, como ponto de partida:

“A Escola Histórica Alemã foi um grupo de autores em geral, mas não unicamente, alemães, cujo período de proeminência vai da segunda metade do século XIX até meados dos anos 1920. O fio condutor que os unia era uma postura crítica em relação à teoria econômica clássica, e em geral uma metodologia que buscava compreender e explicar os fenômenos, ideias e instituições econômicas a partir de seu desenvolvimento histórico. Dividem-se em três ‘fases’ ou ‘gerações’, a primeira, a “Antiga” sendo composta por Bruno Hildebrand, Karl Knies e Wilhelm Roscher; a segunda, “Nova” certamente capitaneada por Gustav Schmoller, mas da qual fazem parte também uma infinidade de autores como Lujo Brentano, Adolph Wagner e G.F. Knapp; e a última a “Novíssima” da qual Max Weber, Werner Sombart e Arthur Spiethoff são os membros mais ilustres. Digno de nota em sua história é o *Methodenstreit*, um período de debates intensos dos quais as figuras centrais são Carl Menger e Gustav Schmoller (em polos opostos do debate), onde os papéis de teorias gerais e da análise histórica foram discutidos de forma intensa. Dentre os pontos dignos de nota desta escola está a defesa de reformas e políticas sociais pioneiras no período bismarckiano, com o objetivo de solucionar os problemas sociais que emergiram do processo de industrialização alemão. Esta Escola tem seu ocaso entre a primeira e terceira décadas do século XX, com o fechamento da *Verein für Sozialpolitik* em 1936 como marco de seu fim.³”

¹ Doravante “EHA”.

² Seria necessário também definir o que constitui uma “escola”, o que apresenta outra camada de problemas a serem resolvidos, mas elementos disto serão apresentados quando forem comentadas as contribuições de Schumpeter e o artigo de Senn no capítulo seguinte.

³ Esta definição é uma tentativa deste trabalho em combinar os aspectos comuns às diversas definições oferecidas pela bibliografia consultada, mais especificamente os textos de GRIMMER-SOLEM (2003), SHINOYA (2001), SENN (2005), BETZ(1988) e RIHA(1985), de modo a oferecer uma visão geral da escola.

Uma síntese deste tipo ofusca certos aspectos da EHA, como suas contribuições para a economia enquanto ciência ou que tipo de legado ela deixou. Também não tenta avaliar qual teria sido o resultado da *Methodenstreit* e da *Werturteilstreit*⁴, uma vez que há pouco consenso quanto a estas questões. Além disso, há questionamentos mesmo sobre o quanto é adequado definir uma, algumas, ou todas as “Escolas Históricas Alemãs” como “escolas de pensamento” de fato, como os textos de Lindenfeld (1993)⁵ e o debate entre Pearson (1999, 2001)⁶ e Caldwell (2001)⁷ indicam, dúvida que pode ser reforçada pela ausência deste grupo de autores em muitas das histórias do pensamento econômico analisadas por Senn (2005)⁸. É pertinente a afirmação de Grimmer-Solem (2003) sobre o assunto: “A história do pensamento econômico está semeada com os marcos das várias escolas econômicas. Alguns são considerados marcos importantes, outros só aparentam ser obstáculos que tiveram de ser superados. A geologia desta paisagem tem se modificado continuamente durante o tempo, fazendo ascender alguns de seus aspectos e enterrando outros. Um dos mais velhos e familiares marcos que obstruem esta paisagem é a Escola Histórica Alemã da Economia, e ainda assim por várias razões ela continua algo como um enigma.”⁹

Como ponto de partida para situarmos a EHA em seu tempo e espaço de maneira mais firme, podem-se sugerir as análises de Tomas J. F. Riha em *German Political Economy*¹⁰ e a de Schumpeter em *História da Análise Econômica*¹¹. Justifica-se a escolha do primeiro texto por seu objetivo declarado de apresentar a seus leitores as contribuições de ramos alemães ao

⁴ A *Methodenstreit*, “batalha sobre o método”, foi um intenso debate metodológico ocorrido na segunda metade do século XIX entre a Escola Histórica Alemã e a Escola Austríaca, representadas respectivamente por Gustav Schmoller e Carl Menger. O tema do debate seria, de forma muito resumida, qual dos métodos dentre a dedução a partir de pressupostos gerais ou a indução, a partir de pesquisas históricas, poderia – e *deveria* – ser considerado o mais adequado para a utilização na pesquisa econômica. . A *Werturteilstreit* é posterior, e diz respeito à questão dos juízos de valor na ciência.

⁵ LINDENFELD, David F. *The Myth of the Older School of Economics*

⁶ PEARSON, Heath. *Was There Really a German Historical School of Economics?* (1999); *Response to Bruce Caldwell* (2001)

⁷ CALDWELL, Bruce J. *There Really Was a German Historical School of Economics* (2001)

⁸ SENN, Peter R. *The German historical schools in the history of economic thought.* (2005)

⁹ GRIMMER-SOLEM, Erik. *The Rise of Historical Economics and Social Reform in Germany, 1864-1894.*

¹⁰ RIHA, Thomas J. *German Political Economy* (1985)

¹¹ SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis* (1987)

pensamento econômico de forma relativamente didática e condensada¹², o que o torna vantajoso como ponto de partida dado o objetivo deste capítulo. A escolha do texto de Schumpeter é justificada pelo caráter clássico deste texto e da descrição da EHA presente nele, bastante perceptível em seu uso como fonte habitual de citações a favor ou contra esta escola¹³.

Sobre a divisão da EHA, Riha (1985) propõe uma divisão bastante tradicional, com a peculiaridade de classificar os precursores da escola como A. Müller e F. List como representantes de uma fase distinta dela. Sua divisão reconhece três fases claras da escola, a Antiga, Nova e Novíssima, alemãs em sua origem, e caracterizadas inicialmente pela posição crítica à interpretação alemã das teorias da economia clássica, com um foco particular nas limitações da abordagem mecanicista que os denominados “manchesteristas” utilizavam para a explicação dos fenômenos econômicos. As gerações seguintes passam a propor uma nova teoria econômica, cujo ponto de partida é uma visão da economia como um processo em constante mudança, e no qual só seria possível compreender a economia a partir de seu desenvolvimento histórico. Assim, na segunda fase da EHA, “o pesquisador ideal da Escola História era um economista histórico-estatístico¹⁴”. Na terceira fase desta escola, são propostas novas abordagens para a análise econômica, e seus membros realizam uma revisão crítica dos métodos e posturas da Nova EHA.

Schumpeter, no início do capítulo “*Sozialpolitik* e o Método Histórico”¹⁵ em que trata da EHA, recorda em primeiro lugar aos leitores de que uma de suas propostas ao escrever a *História da Análise Econômica* é: “destruir o mito de que houve uma época onde os economistas como grupo renegaram a pesquisa sobre fatos históricos ou contemporâneos, ou

¹² RIHA, p.8: “Houve alguma publicação de livros em inglês sobre a história do pensamento econômico, mas a atenção dada à economia política alemã foi muito menor do que a merecida. Apesar da maioria das contribuições disponíveis nas próximas páginas estarem disponíveis alhures, elas não são facilmente encontradas e estão espalhadas dentre dicionários, enciclopédias, livros e artigos”.

¹³ Um exemplo de referência à este uso tradicional do texto de Schumpeter pode ser visto em Grimmer-Solem, 2003, p. 21: “Há pouca dúvida sobre o fato que isto [o estado inacabado de “História da Análise Econômica” e a inexistência de traduções do texto em alemão de Schumpeter de 1926 ‘*Gustav Schmoller und die probleme von Heute*’] ajudou a padronizar um uso pouco crítico do termo “Escola Histórica”.”

¹⁴ RIHA, p.71. Há um comentário bastante similar feito por Schumpeter na EHA. No entanto Riha não faz referência à Schumpeter.

¹⁵ SCHUMPETER, 1987, Parte 4, Cap. 4.

na qual a economia foi, como um todo, completamente especulativa ou onde faltou seu componente factual”¹⁶. A partir disto, Schumpeter questiona quais seriam os aspectos que separariam este grupo “autointitulado Escola Histórica¹⁷” de outros economistas cujos trabalhos ou métodos também se relacionavam à História reconhecendo sua importância, compreendendo seus fluxos ou mesmo escrevendo trabalhos estritamente históricos, uma vez que adicioná-los ao escopo do conceito o tornaria sem qualquer sentido¹⁸. O ponto essencial que diferenciava os economistas da EHA de outros economistas cujas obras faziam uso ou cujo tema era a História poderia ser resumido, para Schumpeter, em uma questão metodológica: a EHA, segundo sua análise, acreditava que conclusões e generalizações feitas a partir de estudos monográficos históricos deveriam constituir o grosso, senão a totalidade, da ciência econômica¹⁹. A profundidade dos estudos tornaria possível identificar padrões e processos típicos, dos quais um conhecimento de cunho mais geral poderia surgir, e isto tornava desejável que “o economista, considerando-o como pesquisador, deveria ser primariamente um historiador econômico²⁰”.

1.3. Precursores da EHA

Riha (1985) aponta em sua introdução que a teoria de Estado da qual parte a filosofia política clássica alemã “provê o fundo contra o qual devem ser vistas um grande número das contribuições à economia política alemã²¹”. Esta teoria consideraria o Estado como central para a realidade social, “um todo orgânico indivisível da multidão de indivíduos – produtos deste todo – em suas relações mútuas contínuas²²”, e que, “fundamentado na moralidade, não tem direito de se manter indiferente à problemas socioeconômicos, e com um dever de cuidar do

¹⁶ SCHUMPETER, 1987, p.775

¹⁷ SCHUMPETER, 1987, p.775

¹⁸ No primeiro grupo de “outros economistas” que reconhecem a importância da História em seus trabalhos, todos, a julgar por sua afirmação anterior sobre o “mito”; no segundo, daqueles que compreendem os “fluxos”, List, Marx e Marshall, e no terceiro, que são ao mesmo tempo bons economistas e historiadores econômicos, James Mill.

¹⁹ Esta é uma das situações nas quais Schumpeter usa, coerentemente, sua própria aceção de “Escola Histórica”, circunscrita ao que é tradicionalmente denominada “Nova Escola Histórica Alemã”

²⁰ SCHUMPETER, 1987, P.776. Esta é a citação mencionada na nota 12.

²¹ RIHA, p.7

²² RIHA, p.7

bem-estar material e espiritual de seus cidadãos²³”. Desta visão de Estado viriam muitas das diferenças entre a economia política alemã e sua contraparte inglesa, e muito da resistência a doutrinas “inspiradas pelo individualismo, materialismo ou racionalismo²⁴”.

De nota no texto de Riha é a introdução aos Cameralistas como parte das raízes do pensamento econômico alemão, cuja composição eclética dava a sua doutrina “uma perspectiva integrada na qual a economia não era vista isolada de outros aspectos da vida individual e social²⁵”, algo semelhante à postura de vários dos economistas da EHA e possivelmente herdado destes precursores. As origens do cameralismo estão segundo o autor na idade média europeia, na particularidade política do Sacro Império Romano-Germânico e nas consequências desastrosas da Guerra dos Trinta Anos (1618-48). A disciplina versava basicamente sobre a administração do Estado, combinando elementos mais comuns como o controle do erário e as leis e as políticas de comércio com aspectos de escopo mais amplo, como o crescimento populacional, melhor aproveitamento das matérias-primas e questões educacionais²⁶. Essas múltiplas capacidades tornaram os cameralistas parte importante das cortes alemãs após a Guerra dos Trinta anos, o que favoreceu o desenvolvimento do Cameralismo como ciência. Ela havia se tornado uma “teoria da economia rural, política populacional e administração financeira²⁷”, e um instrumento importante para a centralização e consolidação do poder absoluto dos monarcas. No século XVIII, o cameralismo se consolida como disciplina separada da jurisprudência nas universidades, e passa a compreender também alguns ramos práticos das ciências naturais, tornando-se um “misto entre administração de negócios, economia e política²⁸”. J. H. G. v. Justi é apontado como o grande sistematizador da disciplina cameralista, e sua visão contém muitos elementos que parecem ter influenciado a EHA, como quando propõe o Estado como responsável pelo “(...) pleno emprego, educação, saneamento, defesa, prevenção e combate a incêndios e pela organização da produção, matérias-primas e alimentos”, e afirmando que “Todas as transações administrativas de um

²³ RIHA, p.8

²⁴ RIHA, p.8

²⁵ RIHA p. 10

²⁶ RIHA p. 10-12

²⁷ RIHA p. 12

²⁸ RIHA p. 18

Estado devem ser ordenadas de tal modo que por seu meio a felicidade do mesmo seja promovida”²⁹. Riha (1985) reconhece que este ramo do pensamento econômico “(...) não levantou quaisquer questões teóricas fundamentais de economia abstrata (...)”, mas “(...) contribuiu com e desenvolveu algumas ideias originais sobre a relação entre o Estado e o indivíduo, a legitimidade da intervenção, os limites de uma economia ‘planejada’ e uma série de conceitos fiscais³⁰”, terminando este comentário com um elogio à ela feito por Schmoller. Este elogio consiste no reconhecimento por Schmoller do grande valor interno às proposições práticas dos cameralistas, resultado de sua fundamentação firme na experiência prática, ao invés de “generalizações apressadas³¹”.

Outras fontes importantes de influências para a EHA são, segundo Riha, os movimentos românticos do fim do século XVIII e início do XIX, a Escola Histórica Alemã de Jurisprudência, F. Müller e F. List³². Ideias que compõem o ambiente intelectual no qual a EHA surgiria, como a organicidade do Estado, seu papel como representante da vontade coletiva do “povo” (*volk*) e responsável por seu bem-estar, a compreensão das instituições e teorias econômicas como produto de uma determinada sociedade, limitando sua capacidade de universalização, além da continuidade da tradição de mesclar teoria e recomendações de política econômica são propostas aqui. List é diretamente citado como um precursor da EHA na seguinte passagem: “A rejeição da validade universal das teorias clássicas, tal como a ênfase na relatividade histórica fez de List não apenas um pensador original, como um precursor da EHA³³”. A EHA de Jurisprudência é citada em nota como inspiração dos esquemas explicativos do desenvolvimento das instituições em etapas apresentados tanto por membros da AEHA quanto da NEHA³⁴.

²⁹ RIHA, p.21

³⁰ RIHA, p.24

³¹ RIHA, p. 24

³² Todos estes autores/grupos são tratados das páginas 52-68 de RIHA, no capítulo referente ao “Romantismo e Nacionalismo”

³³ RIHA, p.63

³⁴ RIHA, p.77, nota 11.

1.4. A Antiga Escola Histórica Alemã

Sobre a Antiga Escola Histórica Alemã (AEHA) o texto de Riha afirma que seu foco estava teoricamente na coleta de dados históricos e econômicos, de modo a “ilustrar e suplementar a teoria, e ao mesmo tempo guiar políticas sociais e econômicas nacionais de modo científico e não especulativo³⁵”. Os três representantes dela caracterizavam o desenvolvimento econômico como uma sucessão de etapas, ainda que diferissem entre si nos detalhes, o que indica uma herança do meio intelectual alemão da época.

As observações de Schumpeter quanto à AEHA apresentam algumas diferenças, e são condensadas e espalhadas pelo texto. Schumpeter afirma que a AEHA não pode ser considerada propriamente uma “Escola³⁶”, visto que os três autores que a compõem de forma mais clássica – Bruno Hildebrand, Wilhelm Roscher e Karl Knies – pouco tinham em comum entre si, com suas relações com a História Econômica “não sendo nem uniformes, nem muito diferentes daquelas de uma hoste de outros economistas de todas as épocas³⁷”. Seus comentários sobre as teorias particulares dos autores acompanham a visão de obras anteriores de história do pensamento econômico, “em deferência à tradição³⁸”, e em um ponto anterior do texto ele afirma que “(...) não é uma boa prática falar de uma ‘Antiga Escola Histórica’, um termo que foi introduzido (...) para denotar um grupo de autores que, ainda que apreciassem a importância da pesquisa histórica, não demonstravam qualquer hostilidade à ‘teoria’³⁹”

Roscher é apresentado por Riha como o fundador da AEHA, e sua visão sobre a economia partiria do reconhecimento das atividades humanas contemporâneas como compreensíveis apenas a partir do estudo de seu desenvolvimento histórico. A história das nações poderia, por sua vez, ser compreendida como uma série de “estágios” análogos aos da vida humana, partindo da infância até a velhice, cada qual com seu tipo de governo e forma de

³⁵ RIHA, p. 72

³⁶ Schumpeter define de forma um pouco menos incompleta uma “Escola” de pensamento econômico no mesmo capítulo como “realidades sociológicas – seres vivos. Elas têm suas estruturas – relações entre líderes e seguidores – suas bandeiras, gritos de guerra, temperamentos, seus tão-demasiadamente-humanos interesses”.

³⁷ SCHUMPETER, 1987, P. 776

³⁸ SCHUMPETER, 1987, p. 776

³⁹ SCHUMPETER, 1987, p. 482

organização econômica específica. Desta forma, as funções da economia como ciência seriam tanto a de “compreender o Homem e aproveitar seu potencial para aumentar o desenvolvimento social⁴⁰” quanto, em termos de políticas, “mostrar como atingir um estágio maduro de desenvolvimento o mais rápido possível e as maneiras de retardar ao máximo a chegada do período de decadência⁴¹”. Estes estágios apresentadas por Roscher como “leis do desenvolvimento econômico”, e que fundamentam as políticas propostas são, no entanto, consideravelmente rígidos, o que tornaria um esforço fútil a condução de políticas econômicas depois do reconhecimento da chegada do “estado de decadência/velhice”.

Os comentários de Schumpeter em relação a Roscher giram em geral em torno de suas obras relacionadas à História do Pensamento Econômico, frequentemente citada na *História da Análise Econômica* como fonte para o tema. Schumpeter considera a atribuição do título de “fundador da Antiga Escola Histórica Alemã” a Roscher algo bastante discutível, e compreensível somente como uma forma de elogio da parte dos autores que o apreciam a um acadêmico cujo trabalho é pouco inovador, mas de qualidade altamente respeitável. As afirmações de Roscher acerca de seu método ou ponto de vista histórico seriam a fonte deste engano, e estas não seriam corroboradas pelo aparato analítico escolhido pelo autor, caracterizado por Schumpeter como um “(...) seguidor de muito mérito dos [economistas] ‘Clássicos’ Ingleses, que por acaso possuía também um gosto particularmente forte pela ilustração histórica⁴²”, que relatava, “(...) em graves tomos e palestras insípidas, a doutrina – majoritariamente inglesa – ortodoxa de seu período, ilustrada de maneira simples com fatos históricos⁴³”. Isto torna uma tarefa bastante difícil caracterizar Roscher como um economista histórico propriamente dito⁴⁴.

Ao tratar de Hildebrand e Knies, Riha afirma que estes acompanham A. Müller⁴⁵ “em incorporar a economia na totalidade da vida moral e nacional comum”. Hildebrand separa muito

⁴⁰ RIHA, p.72

⁴¹ RIHA, p. 73-4

⁴² SCHUMPETER, 1987, p. 483

⁴³ SCHUMPETER, 1987, p.

⁴⁴ Quando Schumpeter se refere ao “economista histórico propriamente dito”, isto em geral significa a aderência aos métodos da Nova Escola Histórica Alemã de Schmoller, que a seu ver possuía as características de uma escola de fato.

⁴⁵ Um dos precursores da EHA, como notado anteriormente

claramente a economia das ciências naturais, afirmando que ao contrário destas, que “(...) afirmam as mesmas leis para todas as relações no tempo e espaço, e medem tudo seguindo a mesma medida”, a economia “deve se manter como uma ciência ética”⁴⁶. As etapas de Hildebrand são mais propriamente econômicas, com a sociedade passando de economias primitivas para monetárias e então creditícias, e a sua análise da ciência econômica reconhecia a história econômica e das civilizações como “as únicas fundações sólidas sobre as quais o edifício da ciência econômica pode continuar a ser construído de forma útil⁴⁷”. O autor reconhece logo em seguida que “(...) a história não deve ser uma desculpa para a indiferença, ou desviar os homens da ciência dos problemas práticos de seu tempo⁴⁸”, uma postura bastante similar à dos herdeiros da Nova EHA.

Hildebrand é citado por Schumpeter em relação a alguns temas: pela elaboração de sua teoria evolucionária da economia; por sua postura hostil a ideia de leis naturais econômicas em um sentido análogo àquele das físicas, e como “um homem de atividade incansável e influência considerável, e o mais próximo de ser um economista histórico na acepção mais tardia e genuína do termo⁴⁹”. Schumpeter questiona, no entanto, a identificação de Hildebrand com qualquer escola, afirmando que “(...) se desejamos classificá-lo como um economista histórico, ele deveria ser nomeado como precursor da Escola de Schmoller, ao invés de um membro daquele triunvirato que não forma qualquer unidade real⁵⁰”

Knies é conhecido, segundo Riha, por sua obra pioneira de metodologia econômica, “A Economia Política do ponto de vista do método Histórico”, de 1853, onde afirma que as condições econômicas “(...) devem ser vistas como apenas um de muitos elos estreitamente unidos dentro do desenvolvimento total de um organismo vivo”, ou seja, como partes interconectadas de um todo, o que tornaria necessário compreender a economia de um ponto de vista holístico. O modelo de “etapas” de Knies difere dos anteriores, propondo que as condições e instituições econômicas são resultado de uma “evolução histórica definida sob as

⁴⁶ RIHA, p.74

⁴⁷ RIHA, p.74

⁴⁸ RIHA, p.74

⁴⁹ SCHUMPETER, 1987, p. 483

⁵⁰ SCHUMPETER, 1987, p. 483

mesmas condições de tempo, espaço e nacionalidade⁵¹” dividida em etapas, mas das quais não é possível fazer uma comparação qualitativa. Tanto a economia quanto as instituições econômicas “(...) não seriam categorias lógicas, senão históricas, determinadas pelo espírito de seu tempo⁵²”, impedindo a existência de “leis” históricas ou sociais universais.

Na visão de Schumpeter, Knies é considerado “uma das figuras mais significativas da economia Alemã⁵³”, e sua suposta filiação à EHA é justificada por ter oferecido um texto que funciona como marco programático da EHA⁵⁴, em que afirmaria a “(...)relatividade histórica não apenas das políticas econômicas, mas também de suas doutrinas⁵⁵”. No entanto esta declaração de filiação não se alia a uma atividade prática no mesmo sentido, e suas contribuições posteriores partem em direções consideravelmente mais teóricas, se inserindo no campo da economia monetária. Com isso, pode-se ter uma noção dos argumentos que movem a dúvida de Schumpeter quanto à possibilidade de se tratar de uma “Antiga Escola Histórica Alemã”, argumentos que são ecoados em várias das discussões acerca da existência ou não desta escola de maneira mais formal.

A diferença das posições de Riha e Schumpeter é representativa de uma questão bastante interessante sobre a EHA: a existência ou não de alguma ou todas as suas fases como “Escolas” de pensamento, como indicado na introdução deste capítulo. Lindenfeld, em seu texto “*The Myth of the Older Historical School of Economics*”⁵⁶, se dispõe a “desmistificar” tanto a ideia da AEHA quanto do *Sonderweg* alemão, ao qual a escola seria associada. Trataremos deste texto no segundo capítulo, em conjunto com o debate entre Heath Pearson e Bruce Caldwell. A solução oferecida por Grimmer-Solem (2003) para esta discussão oferece ao mesmo tempo uma introdução a ela e uma forma de evitá-la.

⁵¹ RIHA, p.75

⁵² RIHA, p.75

⁵³ SCHUMPETER, 1987, p. 483

⁵⁴ SCHUMPETER, 1987, p.777. A obra à qual se refere é *Die Politische Ökonomie von Standpunkte der geschichtlichen Methode*” (A Economia Política do ponto de vista do Método histórico/historicista), de 1853.

⁵⁵ SCHUMPETER 1987, p. 777.

⁵⁶ LINDENFELD, David F. *The Myth of the Older Historical School of Economics*. Central European History, Vol.26, no.4 (1993), pp. 405-416.

Grimmer-Solem (2003) identifica quatro usos diferentes do termo “Escola Histórica” na literatura: como uma “Função Ordenadora” capaz de organizar as ideias econômicas sequencialmente em uma “narrativa bem-amarrada⁵⁷”; como forma de “agrupar uniformemente o que de outro modo seria um amontoado desajeitado de ideias opiniões e metodologias heterodoxas⁵⁸”; como um *Zeitgeist* e um movimento preocupado em tornar a economia em uma ciência mais pragmática; e finalmente como forma de legitimar ou deslegitimar certas práticas e teorias. Em seguida, oferece argumentos que questionam estes quatro usos⁵⁹, apontando que há pouca uniformidade entre os membros das várias gerações da EHA quanto a seus “métodos, objetos de pesquisa ou orientação política⁶⁰” e pouca continuidade direta entre a AEHA e a NEHA⁶¹; que os autores da EHA não são influenciados de maneira crucial pela ideia do *Sonderweg*⁶²; e que suas influências não são unicamente alemãs⁶³. Grimmer-Solem não nega a existência de uma EHA, inclusive pelo uso do termo pelos próprios autores que seriam seus membros⁶⁴, mas questiona a utilidade do termo como ferramenta analítica. Sua proposta é usar o termo “economia histórica” para se referir à economia “histórico-estatística” proposta pela EHA, evitando as confusões inerentes ao uso do termo “escola”. Concorde-se neste trabalho com a solução de Grimmer-Solem para evitar os problemas, mas considera-se que o termo continua útil como marcador para a HPE.

1.5. A Nova Escola Histórica Alemã

A existência da Nova Escola Histórica Alemã em alguma forma não é normalmente posta em questão, e ela é retratada em geral como aquela onde o ápice de seu tamanho e influência foi atingido. No entanto, não parece haver um consenso claro quanto a que intelectuais representam seu pensamento, que ideias podem ser consideradas representativas deste grupo,

⁵⁷ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.20

⁵⁸ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.20

⁵⁹ E que serão retomados no próximo capítulo

⁶⁰ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.25

⁶¹ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.27

⁶² GRIMMER-SOLEM, 2003, p.29

⁶³ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.32

⁶⁴ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.21, 23-24

ou quais foram suas contribuições para a economia tanto em termos teóricos quanto práticos, seja em sua época ou nas posteriores.

Ao tratar da Nova⁶⁵ Escola Histórica Alemã (NEHA), Riha ressalta como suas “características proeminentes”: uma dimensão “moral” da Economia, onde os interesses privados deveriam ser monitorados e se necessário controlados; A importância da compreensão da relação entre indivíduo e sociedade; o Estado como coordenador dos esforços individuais para alcançar os objetivos da sociedade; e a compreensão do papel do economista como não apenas o da pesquisa, mas também de proposição de soluções na esfera pública⁶⁶. Da AEHA haveriam herdado o ceticismo quanto à universalidade das teorias econômicas clássicas e a especificidade histórica da maioria das teorias econômicas, no entanto rejeitando a ideia da existência de “leis de evolução histórica”, com Schmoller afirmando sobre este assunto: “Não temos conhecimento das leis da História, ainda que falemos por vezes de leis econômicas e estatísticas⁶⁷”.

A metodologia dos economistas desta escola seria consequência da forma como compreendiam a Economia e as motivações humanas: uma vez que ambas são consideradas como fenômenos complexos e cujas causas são de múltiplas origens, a utilização direta do método dedutivo seria inadequada. Isso se justificaria visto que uma má escolha de princípios ou uma escolha insuficientemente justificada quando contraposta às situações reais levaria à elaboração de teorias igualmente inadequadas, induzindo os economistas a conclusões apressadas ou incorretas. Ainda que indução e dedução pudessem ser utilizadas em conjunto, a postura geral da escola apontava a necessidade de estudos históricos profundos anteriores a qualquer tipo de generalização dedutiva a partir de pressupostos básicos.

Apoiados pela burocracia bismarckiana e frente à lenta erosão da influência das ideias do liberalismo clássico na Alemanha, durante o último quarto do século XIX os economistas da EHA

⁶⁵ Neste trabalho usamos o termo “Nova” ao invés das traduções literais do inglês (*Younger*) ou alemão (*Jüngere*), ambas significando “Jovem” ou “mais jovem” principalmente pela dificuldade de adequar este adjetivo à terceira “fase” da EHA, a “Novíssima” EHA.

⁶⁶ RIHA, 1985, p.80

⁶⁷ RIHA, 1985, p.81

foram capazes de propor e aplicar suas ideias de reforma social com menor resistência, em nome do bem-estar público e da nação⁶⁸. Segundo RIHA, estas medidas “(...) além de estarem genuinamente dedicadas à melhora da situação dos desamparados, também serviu como uma defesa muito eficiente da continuidade do Estado como protetor e guardião da tradição Alemã contra as ideias de socialistas revolucionários, de um lado, e das práticas de *laissez-faire* advogadas pela Escola Manchesterista Alemã – *Manchesterthum* – do outro”⁶⁹, e este apelo aos valores tradicionais de coesão social e força (representada no Estado) teria conquistado o apoio das massas em favor delas.

A abordagem de Schumpeter sobre a NEHA a associa à liderança de Gustav Schmoller, e atribui a ele sua direção, a criação de um programa de pesquisa e à consolidação do grupo como “Escola”. Sobre Schmoller e seu trabalho como economista, Schumpeter ressalta principalmente o caráter profundamente centrado em pesquisas de história econômica, seguindo o exemplo de um dos trabalhos iniciais daquele autor⁷⁰, com seus alunos e parte da EHA direcionando suas pesquisas no mesmo sentido. Estes trabalhos são definidos por Schumpeter como “(...) sem dúvida um tanto quanto pedestres. Mas a somatória total deles significou um tremendo avanço na precisão do conhecimento sobre o processo social⁷¹”, uma posição semelhante, com ressalvas, àquela atribuída por ele aos trabalhos da *Verein für Sozialpolitik* em um ponto anterior do texto⁷².

Outra breve descrição geral da NEHA é feita por G. D. Snooks⁷³, que apresenta a NEHA como “(...) normalmente associada com Gustav von Schmoller(1838-1917)⁷⁴”, que teria

⁶⁸ RIHA, 1985, p.84-85

⁶⁹ RIHA, 1985, p. 85

⁷⁰ “Uma monografia sobre o ofício de vendedores de tecidos e tecelões de Estrasburgo” – Refere-se à obra “*Die Strassburger Tucher und Weberzunft*”, de 1879.

⁷¹ SCHUMPETER, 1987, P779

⁷² “(...) a impressionante série dos *Schriften des Vereins für Sozialpolitik* – 188 ‘volumes’ dos quais a maioria era composta de vários volumes – são testemunho de uma incansável vontade de escavar, à qual devemos por uma valiosa extensão de nosso conhecimento factual” (SCHUMPETER 1987, P771). A ressalva vem logo em seguida: “Muitos dos volumes apresentavam trabalho de um alto nível, (...) No entanto em sua maioria não eram melhores nem piores que estas investigações são e foram em todos os tempos e países. (...) De forma geral, no entanto, os economistas responsáveis pelos relatórios que preenchem estes volumes dos *Schriften* se preocupavam pouco com o refinamento analítico”.

⁷³ SNOOKS, Greame D. *The Laws of History*. Nova Iorque; Routledge; 1998.

⁷⁴ SNOOKS, 1998, cap.4, p.27.

dominado direta ou indiretamente a economia no campo acadêmico do final do século XIX até após a 1ª Guerra Mundial, por meio de seus colegas ou pupilos. Seriam três, segundo o autor, as características distintivas desta escola: uma posição crítica, mas não absolutamente negativa, sobre a validade do método dedutivo; uma abordagem ampla sobre os processos econômicos e seus agentes, buscando abordar a totalidade das motivações econômicas; e uma preocupação intensa com a elaboração de políticas de reforma social capitaneadas pelo Estado.

Estes exemplos são indicadores de algum consenso quanto a NEHA - Gustav Schmoller é apresentado de forma quase unânime como líder ou articulador desta escola, e como um dos atores principais nos eventos mais notórios da Escola, como a *Methodenstreit* e o domínio das ideias desta escola sobre a disciplina econômica alemã do período. Além disto, ressalta-se em todos eles a preocupação com políticas de reforma social e com a pesquisa histórica em geral.

Um bom resumo da biografia de Schmoller se encontra no capítulo dedicado a ele no *Handbook of the History of Economic Thought*, escrito por Reginald Hansen e organizado por Jürgen Backhaus⁷⁵. Hugo Eisenhart Gustav von Schmoller nasceu em Heilbronn, em 1838, em uma família de servidores públicos. Sua carreira acadêmica passa pelas universidades de Halle, Estrasburgo e finalmente Berlim, onde passaria o restante de sua carreira. Hanssen⁷⁶ aponta que segundo Schmoller seu avô, Carl Friedrich Gärtner⁷⁷, influenciou de forma importante seu ponto de vista sobre a condução da ciência, no que diz respeito à exigência de rigor e imparcialidade dela⁷⁸. De seu primeiro trabalho de nota⁷⁹, Schmoller teria, segundo Hansen, observado que “(...) os pressupostos psicológicos fundamentais de Adam Smith ao lidar com o comportamento dos indivíduos não são passíveis de comprovação histórica⁸⁰”. Esta observação

⁷⁵ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.27

⁷⁶ HANSEN, Reginald. Gustav Schmoller as a Scientist of Political Economy. In BACKHAUS, Jürgen G. *Handbook of the History of Economic Thought: Insights on the Founders of Modern Economics*, Springer, 2012. Capítulo 15, pp.389-413

⁷⁷ Um importante botânico, cujas pesquisas são parte da base sobre a qual Darwin elaboraria sua obra. Entre suas contribuições estão descrições detalhadas sobre a reprodução de plantas e teses sobre a hereditariedade e a possibilidade de reprodução, hibridização e seleção de características de forma controlada.

⁷⁸ HANSEN, 2012, p. 396

⁷⁹ “Zur Geschichte der nationalökonomischen Aussichten in Deutschland während der Reformationsperiode” – “Sobre a história das perspectivas nacional-econômicas durante o período da Reforma”, de 1860, foi premiado em uma competição sobre o tema.

⁸⁰ HANSEN, 2012, p. 398

era fundamentada em uma análise minuciosa das consequências econômicas de determinadas crenças durante a época da Reforma protestante, verificadas a partir da presença de regularidades entre determinadas consequências e a presença das seitas que possuíam essas crenças. Entendidas como instituições, estas seitas “(...) poderiam ser vistas como meios para determinados fins, ou mesmo conversíveis ao serviço de determinados fins, como ferramentas, por assim dizer⁸¹”, e desta forma seria possível “(...) aplicar o método experimental às ciências sociais por meio da pesquisa histórica⁸²” dentro de condições culturais específicas e similares, obtendo disto conclusões generalizáveis, ainda que circunscritas a essas condições.

As preocupações de Schmoller em relação à reforma social teriam tornado-se claras ainda em seu período como professor em Halle, com a publicação de um artigo em 1864 sobre “A questão trabalhista”, com recomendações para desarmar a tensão crescente entre industriais e trabalhadores. Tal solução deveria ser baseada em uma reforma institucional cujos pilares seriam uma “burocracia neutra” e um “soberano consciente”, e que distribuísse os frutos da inovação técnica sem depender nem das forças “naturais” do mercado, nem da mudança radical das estruturas. As políticas a serem tomadas consistiam em um sistema de proteção e melhora do padrão de vida e educação das classes trabalhadoras, da permissão de organização de sindicatos e do estabelecimento de um sistema de aposentadorias por invalidez e idade e de um sistema de seguros-saúde e desemprego, aliadas a mudanças em regulamentações que diziam respeito a impostos, patentes e bancos⁸³. Seria este conjunto de propostas, nem a favor do *laissez-faire* liberal, nem a favor da revolução socialista, que renderia a Schmoller e seus associados não apenas críticas de ambos os grupos, mas também à alcunha de *Kathedersozialisten*⁸⁴, “Socialistas de Cátedra”, por parte de professores de economia política de tendência mais “manchesterista⁸⁵”.

⁸¹ HANSEN, 2012, p. 399

⁸² HANSEN, 2012, p. 399

⁸³ HANSEN, 2012, p.402-406

⁸⁴ HANSEN, 2012, p. 406

⁸⁵ O termo, apesar de usado em conjunto ou em substituição à EHA, não é equivalente a ela, como comentaremos no capítulo seguinte; ele era atribuído também a economistas que não faziam parte da EHA.

Segundo Hansen, nos anos finais do século XIX Schmoller teria sido vindicado, uma vez que propostas análogas às oferecidas por ele haviam sido postas em prática, aumentando o padrão de vida e bem-estar da população. No entanto, no início do século XX, uma nova geração de economistas passou a questionar seus posicionamentos teóricos e metodológicos, afirmando que lhes faltava neutralidade científica – Werner Sombart e Max Weber entre eles⁸⁶. Hansen avalia parte das críticas como resultante do antagonismo de autores cujas teorias se embasavam em uma “Lei de desenvolvimento histórico” predeterminada, como Marx e Sombart, uma vez que Schmoller rejeitava este tipo de pressuposto. O legado de Schmoller na visão de Hansen seria duplo, observável em sua influência sobre economistas da escola institucionalista como W. C. Mitchell e Veblen e em suas recomendações de políticas sociais, que persistiram nos governos alemães subsequentes⁸⁷.

Sobre a teoria de estágios de Schmoller, Betz⁸⁸ aponta que ela “usa unidades políticas como critérios distintivos para ilustrar a diferença entre políticas econômicas em diferentes tempos, de forma a adequar-se a requerimentos socioeconômicos e políticos diferentes⁸⁹”. Exemplo disto é o texto “O Sistema Mercantil e seu Significado Histórico⁹⁰”, onde Schmoller aponta a importância da transformação das políticas e instituições dos vilarejos aos Estados nacionais à medida que a complexidade administrativa exigia a formação de unidades coletivas cada vez maiores, e que poderia culminar enfim em uma “federação de Estados”. O mercantilismo seria em parte uma resposta a condições de competição feroz entre recém-formados Estados Nacionais⁹¹. Enfim, a ciência econômica deveria para Schmoller tornar-se uma ciência moral, reconhecendo as ligações entre a economia e o Estado, e tornando-se capaz de promover reformas e ajustes sociais fundamentados na compreensão destas ligações.

⁸⁶ HANSEN, 2012, p. 392-393

⁸⁷ Hansen finaliza seu texto com uma citação possivelmente polêmica de outro autor, Gregor Schöllgen, sobre Max Weber e Schmoller: “Max Weber foi até o momento o mais sobrevalorizado cientista alemão do século XIX. Gostaria de adicionar: Gustav Schmoller foi até o momento o mais subvalorizado cientista alemão do século XIX” (HANSEN, 2012, p.410). Não representa exatamente a visão deste trabalho, mas é interessante como retrato desta “Renascença” de estudos sobre Schmoller.

⁸⁸ BETZ, Horst K. How does the Historical School Fit?, *History of Political Economy*, vol.20 nº 3,1998. Pp. 409-430

⁸⁹ BETZ, 1988, p.421.

⁹⁰ SCHMOLLER, Gustav. *The Mercantile System and its Historical Significance*. Macmillan and Co., Norwood, 1895.

⁹¹ SCHMOLLER, 1895, p.76-79

Riha aponta a atitude de Schmoller como “(...) aquela de um progressista e ardente patriota prussiano. (...) Ele terminou conhecido como o ‘criador de professores’ porque, ao menos por duas gerações, não havia uma cadeira de economia política preenchida sem seu aval⁹²”. A intenção de Schmoller seria combinar os ofícios de economista e historiador, e seu método buscava compreender os fenômenos econômicos de maneira dinâmica, enfatizando sua complexidade. O *Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*⁹³, de 1900, seria a obra mais importante desse autor, onde ele discute uma série de elementos considerados relevantes para a compreensão da economia de forma histórica, estatística e teórica, complementando a descrição com prescrições de política econômica. Riha não se concentra em descrever a teoria de Schmoller em muitos detalhes, e atribui um legado misto para a influência do autor, apontando que ele “Estimulou e originou novas pesquisas acerca de problemas econômicos e sociais e também contribuiu para a ênfase em pesquisas histórico-empíricas (...) e para a negligência de outros ramos da economia alemã entre 1870 e 1920⁹⁴”.

Schumpeter comenta, ao tratar de Schmoller, quatro aspectos de seu pensamento que, em sua opinião, até à época não haviam recebido a atenção devida: a reforma social como valor perseguido por ele e pela escola; o “espírito científico” que a fazia criticar as hipóteses que reduziam “todo o processo histórico à ação de um ou dois fatores⁹⁵”; a oposição ao “isolamento’ dos fenômenos econômicos⁹⁶; e a geração de uma “compreensão” ou “coerência orgânica das coisas⁹⁷”. Quanto ao primeiro ponto, Schumpeter afirma que há certa incongruência entre as críticas feitas pela EHA quanto aos juízos de valor embutidos nas teorias clássicas e a postura decididamente política desta escola, mas para além destas recomendações políticas haveria um “(...) respeito pelo fato histórico e a vontade de fazê-lo falar por si mesmo⁹⁸”. O segundo ponto era essencial para compreender o esquema de pensamento de Schmoller e o que, de acordo com Schumpeter, distinguia a EHA de outras escolas e pensadores

⁹² RIHA, 1985, p.86

⁹³ Uma tradução possível é “Elementos da Teoria Econômica Geral”

⁹⁴ RIHA, 1985, p.88.

⁹⁵ SCHUMPETER, 1987, P779.

⁹⁶ SCHUMPETER, 1987, P780

⁹⁷ SCHUMPETER, 1987, P781

⁹⁸ SCHUMPETER, 1987, p. 779

que também trabalhavam com a história. Deste “espírito” viriam as raízes “tanto do trabalho executado quanto do programa (...) o alto nível de historiografia, o amplo respeito pelo fato histórico; o baixo nível de economia teórica; e a falta de respeito por seus valores; a importância suprema atribuída ao Estado; a baixa importância atribuída a todo o restante – **estes pontos individualizam a escola e todos eles eram tipicamente Alemães, em suas forças e fraquezas**”⁹⁹. A partir do terceiro ponto Schumpeter faz uma crítica ao método de Schmoller, afirmando que este “indica uma limitação no escopo da análise econômica (...) ao qual corresponde uma quase infinita extensão de seu objeto de estudo”, e que por fim o “Economista Schmolleriano era na verdade um sociólogo de mentalidade histórica no sentido mais amplo do primeiro termo”¹⁰⁰. Esta afirmação abre o espaço para o comentário sobre o *Grundriss* de Schmoller, onde Schumpeter afirma que a obra é representativa do tipo de síntese possível dentro da Nova EHA, encaixando materiais históricos para delinear a evolução das instituições, o que é feito de forma primorosa, mas apoiando o texto em um arcabouço teórico e conceitual construído de forma bastante “fraca”, e em alguns assuntos, como a teoria de preços e valores, “adotando, ou aparentando querer adotar, as lições de Carl Menger”¹⁰¹.

A proeminência de Schmoller causa um problema sério na identificação de quais, os outros membros desta geração da Escola Histórica Alemã, e por que razões eles poderiam ser considerados parte dela. Em poucas das fontes consultadas foi possível observar mais do que a simples citação de possíveis membros da Escola, sem grandes justificativas daquilo que os tornaria parte deste grupo¹⁰². Schmoller, como comentamos na seção acima, é apontado como

⁹⁹ SCHUMPETER, 1987, p. 780, grifo nosso.

¹⁰⁰ SCHUMPETER, 1987, p. 780

¹⁰¹ SCHUMPETER, 1987, p. 781

¹⁰² SCHUMPETER tem o problema de seu capítulo não ser completo, e as referências aos autores das EHAs estarem espalhados pelo texto, mas aponta na p.777 “Brentano, Bücher, Held e Knapp” como “líderes de segunda linha”, que seriam comentados posteriormente no texto, algo que não foi feito antes de sua morte. GRIMMER-SOLEM (2003, p.22) faz um levantamento dos autores que Schumpeter cita como pertencentes à EHA ou como “economistas históricos” em uma longa lista; HODGSON (2001, p. 58) menciona alguns nomes, mas não justifica a escolha deles; SNOOKS (1998) cita apenas Schmoller e sua proeminência dentre os membros dessa geração; em BETZ (1988, p.421) consta apenas Schmoller, justificando o foco neste autor como forma de evitar “uma mui complicada operação de tentar separar os outros membros da nova geração”; uma questão inicial do texto de PEUKERT (2001) gira em torno da renovada popularidade de Schmoller, e não de outros membros da NEHA; GRIMMER-SOLEM (2003, p.33) opta por um foco em apenas quatro autores da NEHA considerados relevantes por ele: Schmoller, Brentano, Held e Knapp.

o nome desta escola cujas contribuições são mais relevantes e influentes, e isto parece fazer com que as ligações destes outros membros com a EHA sejam dificilmente detalhadas ou justificadas. Como listagem geral, os nomes mais frequentemente citados como membros relevantes desta escola são Adolph Wagner, Lujo Brentano, Georg Knapp e Karl Bücher, com Albert Schäffle e Adolf Held também sendo citados como parte dela¹⁰³.

Frente a essa dificuldade, escolhemos usar o texto de Riha (1985) como referência para listar estes autores, adicionando os comentários de outras fontes quando possível. Deixaremos também algumas discussões acerca dos problemas na identificação da EHA com a *Verein für Sozialpolitik* para o próximo capítulo.

Albert E. F. Schäffle é dentre os autores da NEHA aquele com uma visão mais próxima da AEHA, com uma abordagem teórica para a qual a Economia teria um funcionamento bastante parecido com o de um organismo vivo, tanto em relação à interdependência de suas partes componentes quanto em relação a seu desenvolvimento em relação ao tempo¹⁰⁴. Esta visão se aproxima do evolucionismo ao apresentar uma “lei de desenvolvimento social¹⁰⁵” em que as instituições, ou “órgãos” se desenvolveriam ou retrocederiam de acordo com a etapa de desenvolvimento do “corpo social” e suas necessidades subsequentes. O modelo econômico ideal proposto por Schäffle seria “liberal-socialista”, onde o papel do Estado seria o de um intermediário, combinando mecanismos de mercado com formas de coordenação e planejamento estatal via impostos e subsídios, tornando-o capaz de manter ao mesmo tempo a liberdade de escolha e um Estado forte e defensor das camadas populares. Pela crítica do abandono da competição de mercado em favor de uma economia planejada, Schäffle se tornaria “(...) pioneiro do que se tornaria a crítica liberal da economia socialista¹⁰⁶”. Schäffle é citado por Schumpeter apenas como um exemplo de teoria baseada em uma ideia de

¹⁰³ O artigo de SENN (2005), que será comentado com mais detalhes na segunda parte do trabalho, aborda estes problemas de maneira bastante interessante.

¹⁰⁴ RIHA, 1985, p.90

¹⁰⁵ Ao contrário de Schmoller e Wagner, que não apresentavam algo do gênero.

¹⁰⁶ RIHA, 1985, p.91

funcionamento biológico da economia¹⁰⁷ e como “o suábio radical¹⁰⁸” dentre os economistas influentes do período entre 1870 e 1914.

Adolph H. G. Wagner é nomeado por Riha como “(...) o principal porta-voz do socialismo de estado de Bismarck¹⁰⁹” e sua contribuição mais conhecida para a ciência econômica é a “Lei de Wagner”, que versa sobre o aumento das atribuições, atividades e gastos do Estado à medida que as sociedades se desenvolvem. Este princípio condensa parte das visões de Wagner sobre o papel do Estado nas economias, em que este seria responsável por administrar diretamente ou regular todos os setores da economia onde a iniciativa privada e o individualismo poderiam prejudicar o interesse público ou dos despossuídos, ou resumidamente “(...) encontrar um acordo, na teoria e política, entre o individualismo e o socialismo¹¹⁰”. Wagner rejeitava a posição mais radical da EHA, que propunha a inadequação total do método dedutivo e das teorias clássicas, e em seu lugar propunha a retenção dos métodos clássicos acompanhada de uma reavaliação dos resultados à luz da experiência. Este posicionamento mais “teórico” ou “dedutivo” que o da NEHA o levaria a apoiar Menger durante a *Methodenstreit*.

Schumpeter não reconhece Wagner como parte da NEHA, apesar de caracterizá-lo como “(...) um líder na luta pela *sozialpolitik* e um reformador – politicamente - conservador¹¹¹” e um dos “Socialistas de cátedra¹¹²”. Wagner teria uma postura mais “teórica”, em contraposição à “histórica”, como afirmado acima, e seria um grande admirador da obra de Ricardo. Ainda assim, “(...) apesar de modo algum amigável à escola de Schmoller¹¹³, ele enfatizava a

¹⁰⁷ SCHUMPETER, 1983, p.756

¹⁰⁸ SCHUMPETER, 1983, p.856

¹⁰⁹ RIHA, 1985, p.88

¹¹⁰ RIHA, 1985, p.88

¹¹¹ SCHUMPETER, 1983, p.818

¹¹² SCHUMPETER, 1983, p.770

¹¹³ Estas tensões entre Schmoller e Wagner na formação da *Verein* não são comentadas por Riha ou Schumpeter em detalhes, mas o livro de GRIMMER-SOLEM (2003) apresenta no capítulo em que se dedica à história da *Verein für Sozialpolitik* descrições ricas dos conflitos teóricos e políticos protagonizados por Schmoller e Brentano, de tendência mais liberal de um lado, e Wagner e Schäffle, apoiadores incondicionais do conservadorismo Bismarckiano, do outro.

relatividade histórica por meio (...) de sua distinção entre as categorias ‘histórico-legal’ e ‘econômica’ (de instituições, formas de comportamento e processos)¹¹⁴”.

Georg F. Knapp é reconhecido por Riha por sua “Teoria Estatal da Moeda”, cuja tese afirma que a moeda existe como produto de ações deliberadas do Estado, ou de forma resumida, como “uma criatura da lei¹¹⁵”. A avaliação de Schumpeter sobre as teses monetárias de Knapp não é exatamente positiva, e ele as caracteriza como “uma proposição absurda”. Seu sucesso seria uma combinação entre a habilidade retórica do autor, a conveniência política da teoria, seu “anti-metalismo” e a existência de autores com ideias similares, e por isso propensos a demonstrar simpatia por ela¹¹⁶. No entanto, a avaliação geral de Schumpeter sobre Knapp não é unicamente negativa. Em uma passagem anterior, Schumpeter o elogia por seu “(...) maravilhoso equilíbrio de uma visão compreensiva e pesquisa detalhada¹¹⁷” ao comentar os trabalhos de pesquisa acerca do desenvolvimento da economia agrícola alemã e suas transformações, comentando por fim que a ausência de um treinamento teórico forte “... estava fadada a tornar-se uma desvantagem no campo monetário [de estudos]¹¹⁸”. Knapp é um dos autores que seria comentado na seção planejada por Schumpeter, mas não escrita, sobre a *Sozialpolitik*.

Uma das pesquisas sobre a economia agrícola mencionadas por Schumpeter é *Die Bauerbefreiung und der Ursprung der Landarbeiter in den älteren Theilen Preußen*¹¹⁹, de 1887, comentado em detalhes por Grimmer-Solem. Nesta obra, Knapp delineia o processo pelo qual os Junkers, grandes proprietários de terra alemães, lentamente transformaram os camponeses em trabalhadores rurais a partir da expropriação de terras e aumento dos serviços compulsórios, o que indicaria que o padrão de posse de propriedades poderia ser determinado por políticas deliberadas¹²⁰. Estas conclusões inspirariam as propostas de política de reforma

¹¹⁴ SCHUMPETER, 1983, p.818

¹¹⁵ RIHA, 1985, p.91

¹¹⁶ SCHUMPETER, 1983, p.1057

¹¹⁷ SCHUMPETER, 1983, p.779

¹¹⁸ SCHUMPETER, 1983, p.779

¹¹⁹ “A Emancipação dos Camponeses e a Origem dos trabalhadores rurais nas antigas partes da Prússia”

¹²⁰ GRIMMER-SOLEM, 2003, P.224

agrária e colonização interna propostas pelos membros da *Verein für Sozialpolitik*¹²¹, baseadas na formação de uma “classe média rural” baseadas em pequenas e médias propriedades com técnicas modernas¹²².

A postura de Lujo Brentano¹²³ em relação à reforma social é, segundo Riha, mais próxima do “(...) voluntarismo e auto-ajuda nas linhas das ‘Sociedades de ajuda mútua’ britânicas¹²⁴”, ou seja, baseadas não tanto em uma ação direta do Estado quanto na organização voluntária entre os indivíduos. Sua formação era também mais calcada nos clássicos, segundo Riha, o que explica sua posição mais favorável ao livre-comércio e suas críticas ao “liberal-socialismo” de Schäffle.

Grimmer-Solem tem uma abordagem mais completa da obra e influências teóricas que inspiravam Brentano. No início de sua carreira acadêmica, em 1868, Brentano foi convidado por Ernest Engel a acompanhá-lo em uma pesquisa de campo na Inglaterra com o fim de investigar os distritos fabris. Esta visita inspirou Brentano a permanecer na Inglaterra para obter conhecimento empírico sobre as relações de trabalho ali presentes¹²⁵, inclusive entrando em contato com líderes sindicais e reformadores ingleses. Desta forma, suas pesquisas giravam em torno de temas como a formação das guildas, associações de trabalhadores e sindicatos na Inglaterra¹²⁶. Brentano propõe uma compreensão do trabalho como uma mercadoria bastante específica, cuja ligação inseparável com o indivíduo que o executa tornaria inválido no mercado de trabalho o princípio básico da “(...) liberdade de retirar do mercado uma mercadoria [o trabalho] se os preços pagos caírem a níveis inaceitáveis¹²⁷”, uma vez que isto significaria a incapacidade do próprio indivíduo sobreviver. As guildas e instituições análogas teriam o papel de reconhecer esta propriedade específica do trabalho e proteger os interesses dos trabalhadores, evitando os problemas que surgiriam de um mercado de trabalho não-regulado. Os sindicatos sendo herdeiros deste tipo de instituições, e seriam instrumentais em corrigir as

¹²¹ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.229-230

¹²² GRIMMER-SOLEM, 2003, p.231-232

¹²³ Há alguma controvérsia sobre o nome próprio deste autor. Há referências que o nomeiam como “Ludwig Joseph”, com “Lujo” como apelido, e outras que usam diretamente “Lujo”. Há ainda referências que o nomeiam como “Lugo”.

¹²⁴ RIHA, 1985, p.92

¹²⁵ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.129

¹²⁶ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.149-150

¹²⁷ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.151

distorções de uma ordem econômica onde há livre-comércio¹²⁸. Mas Brentano não conclui disto que uma revolução ou governo de trabalhadores seria necessária, senão que o Estado reconhecesse as necessidades dos trabalhadores e permitisse sua livre-associação, fornecendo um aparelho regulatório e condições de vida adequadas para seu crescimento como indivíduos.¹²⁹

Infelizmente, na bibliografia consultada há poucas menções a Karl Bücher. Ele é apontado por Riha como membro da EHA, mas com suas contribuições notáveis no campo da aplicação da estatística à economia. Apresentava um esquema do desenvolvimento histórico da economia via estágios econômicos, da simplicidade da produção familiar para a “economia cidadina” medieval e então para a complexidade de uma economia industrial, cada uma com instituições, comportamentos e funcionamento específico. Isto levaria à necessidade de elaboração de teorias específicas para compreender e/ou explicar cada um dos estágios, e estes não seriam visíveis de forma direta na História, funcionando como um “tipo ideal” no sentido weberiano¹³⁰. A obra de Schumpeter faz referência a ele em uma seção que não veio a ser escrita sobre os “líderes de segunda-linha [da EHA] (...) Brentano, Bücher, Held e Knapp¹³¹”. Grimmer-Solem menciona Bücher ao tratar do problema das indicações acadêmicas, afirmando que sua posição como editor do *Frankfurter Zeitung*, um jornal de linhas liberais, teria afetado suas perspectivas de progressão dentro da academia¹³².

Adolf Held não é comentado por Riha ou Schumpeter em detalhes, apenas sendo mencionado por eles como parte da EHA¹³³. Há em Grimmer-Solem uma quantidade um pouco maior de detalhes sobre o autor, em geral tratando de seu papel nos debates da *Verein für Sozialpolitik*. Held foi aluno de Ernest Engel nos seminários de estatística deste, tal como Knapp e Brentano¹³⁴; e sua obra *Zwei Bücher zur sozialen Geschichte Englands*¹³⁵ reconta “as origens

¹²⁸ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.151

¹²⁹ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.152-3

¹³⁰ RIHA, 1985, p.93

¹³¹ SCHUMPETER, 1983, p.777

¹³² GRIMMER-SOLEM, 2003, p.60

¹³³ SCHUMPETER, 1983, p.777; RIHA, 1985, p.93.

¹³⁴ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.63

¹³⁵ “Dois livros sobre a história social da Inglaterra”, de 1881, publicado postumamente.

do capitalismo industrial e do liberalismo econômico a partir das peculiaridades do sistema de propriedade de terras britânico, das antigas *poor laws* e do mercantilismo¹³⁶. O processo de cercamento de terras teria tornado, como no caso prussiano pesquisado por Knapp, os camponeses e pequenos proprietários ingleses em trabalhadores sem-terra ou arrendatários, concentrando a terra como posse de grandes proprietários. A indústria teria passado por um mesmo processo, transformando uma classe mercantil em uma classe de proprietários de indústrias. O trabalho e os trabalhadores, por sua vez, não teriam qualquer proteção legal digna de nota, o que permitia a subjugação de seus interesses pelas classes mais altas, o que impediria a formação de uma “classe média” de fato. Este trabalho de Held, segundo Grimmer-Solem, tinha uma “(...) mensagem de reforma social e construção nacional¹³⁷”. Held atua como editor da revista e secretário da *Verein für Sozialpolitik*, onde debate ferozmente com Wagner sobre os tipos de atividades nas quais a organização deveria se engajar. Wagner propunha a organização como porta-voz de determinados princípios gerais, propondo inclusive “(...) estudos ‘não-viesados’ sobre a viabilidade econômica do socialismo científico de Lassale, Marx e Rodbertus¹³⁸”, enquanto Held, Schmoller, Brentano e Knapp apoiavam como objetivo organizacional o apoio a reformas cujo apelo pudesse ser generalizado, e um caráter mais científico para a organização¹³⁹. Held toma uma posição contrária à corrente majoritária da *Verein* em 1879, se opondo por princípio¹⁴⁰ às tarifas protecionistas propostas pelo governo de Bismarck, evento no qual Brentano fica ao seu lado e Schmoller e Knapp terminam por aceitar as medidas¹⁴¹, causando certo desconforto dentro da *Verein*, que passa a se concentrar em publicações, mais que em atividades políticas.

A partir destas breves descrições sobre os autores da EHA, é possível perceber que, ainda que houvesse elementos em comum entre os membros da NEHA, como o interesse pela reforma social, um método que privilegia a pesquisa histórica e a visão do desenvolvimento institucional como crucial para a compreensão da economia, há também pontos de divergência

¹³⁶ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.167

¹³⁷ GRIMMER-SOLEM, 2003, P.166

¹³⁸ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.190

¹³⁹ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.191

¹⁴⁰ Held era favorável ao livre-comércio, como menciona GRIMMER-SOLEM (2003, p. 201)

¹⁴¹ GRIMMER-SOLEM, 2003, p.202

entre os autores – Schäffle e Wagner apoiam o Estado no estilo Bismarckiano, enquanto Schmoller e Brentano se identificavam como liberais; e estes dois discordavam quanto à aplicação de tarifas protecionistas. É nestes pontos que continua o debate da existência ou não-existência da escola, que será abordado no próximo capítulo. Por enquanto, passamos a um panorama dos autores da última geração da EHA, chamada normalmente de Novíssima.

1.6. - A Novíssima EHA

Quando são tratados os seus autores mais célebres, a Novíssima EHA assemelha-se à Antiga EHA ao ser quase consensual nos nomes apontados: Max Weber, Werner Sombart e Arthur Spiethoff. Esta geração da EHA se distancia de forma considerável da “ateoricidade” atribuída à NEHA, buscando abordagens de pesquisa que combinassem métodos empíricos e teóricos e também focando seu trabalho na tentativa de compreensão das peculiaridades da vida econômica em cada período estudado. Segundo Riha, haveria uma influência do pensamento de Wilhelm Dilthey nestes autores, notável na utilização de elementos metodológicos dele como o *verstehen*, e de sua estrutura teórica para o estudo das ciências humanas¹⁴². Schumpeter afirma que após o *Methodenstreit*, os trabalhos da EHA teriam continuado pela “(...) liderança de novos homens vindos [da orientação] de Schmoller; (...) [que] apesar de diferirem dele e entre si em objetivos, métodos de pesquisa e performance, mantiveram-se fiéis aos princípios fundamentais que ele fora insistente em afirmar¹⁴³”.

Werner Sombart é caracterizado por Riha como “(...) sem dúvida uma das mais marcantes e controversas personalidades do mundo acadêmico alemão¹⁴⁴”, e Schumpeter afirma que “*Der moderne Kapitalismus*” (1902), a obra mais célebre do autor, “chocou historiadores profissionais por meio de seu brilhantismo por vezes sem substância¹⁴⁵”. Sombart se posiciona em uma linha teórica similar a de seus predecessores, rejeitando a noção de

¹⁴² RIHA afirma que Dilthey “(...) tem uma posição especial não apenas por sua influência direta no método da Novíssima Escola Histórica, mas também porque ele se via como porta-voz filosófico da Escola Histórica e como tal tentou prover, como parte de sua missão, a Escola Histórica com fundações filosóficas que justificassem sua linha de abordagem metodológica.

¹⁴³ SCHUMPETER, 1987, p.783

¹⁴⁴ RIHA, 1985, p. 104

¹⁴⁵ SCHUMPETER, 1983, p.784

universalidade das teorias econômicas e afirmando sua dimensão social e historicamente determinada, e seu método é adapta o *verstehen* de Dilthey, buscando reconstruir os sistemas econômicos como tipos ideais, fundados em três aspectos: sua organização interna, sua capacidade técnica e seu “espírito”, com o terceiro influenciando o desenvolvimento dos outros dois elementos. “*Der moderne Kapitalismus*”, considerada a obra-prima de Sombart, busca traçar as origens do capitalismo moderno e diferenciá-lo dos sistemas anteriores a partir desse tripé – a organização baseada na propriedade privada e economia de trocas, as tecnologias desenvolvidas a partir do século XVIII e um “espírito” de competição e acumulação aliado à racionalidade econômica¹⁴⁶.

Sobre Sombart a visão de Schumpeter é crítica, afirmando que ele, ao contrário de Spiethof, havia “superado Schmoller em ser Schmoller¹⁴⁷” ao tentar combinar a economia com uma “sociologia toda-abrangente”. Sua obra representava um terceiro tipo de síntese possível a partir da EHA¹⁴⁸, uma visão histórica dos fatos que funciona como uma *histoire raisonnée*, uma “história racionalizada”, onde “todos os fatores operantes na totalidade do processo histórico são inseridos e precisam sê-lo¹⁴⁹” e aponta que o sucesso de Sombart é pouco reprodutível, combinando qualidades que não “podem ser obtidas só desejando-as¹⁵⁰”.

Sombart apresentaria, segundo Betz (1988), a Economia como ciência positiva, social e cultural, uma vez que provê conhecimentos generalizáveis, estuda produtos da mente humana e ocorre no âmbito das relações sociais. O foco de Sombart estaria no “Espírito¹⁵¹” (*Geist*), como representação das motivações dos agentes, que por sua vez deveriam ser compreendidas como partes de um sistema social e cultural específico. A formulação de políticas econômicas deveria, portanto, levar em conta a especificidade histórica e cultural de seu objeto de ação, e estaria impossibilitada de oferecer soluções baseadas em conceitos pré-estabelecidos. Sombart

¹⁴⁶ RIHA, 1985, p. 107

¹⁴⁷ SCHUMPETER, 1987, p. 785 A expressão no original é “*out-Schmollered Schmoller*”, cuja tradução é praticamente impossível.

¹⁴⁸ As outras duas sínteses possíveis seriam a de uma história econômica do tipo comum e uma análise como a proposta por Schmoller em seu *Grundriss*.

¹⁴⁹ SCHUMPETER, 1987, p.786

¹⁵⁰ SCHUMPETER, 1987, P.786

¹⁵¹ BETZ, 1988, p. 424-25

afirmava que os *Kathedersozialisten* eram culpados disto, ao apoiar suas propostas de política e obterem influência com elas muito mais sobre seus interesses éticos e políticos que sobre o uso de fato da ciência econômica¹⁵². A base científica proposta por Sombart para a formulação de políticas teria como objetivo “(...) promover uma melhor compreensão da natureza dos problemas fazendo as perguntas corretas e oferecendo uma análise e explicação das condições socioeconômicas presentes¹⁵³”. Betz sugere que este seria um dos grandes legados de Sombart – buscar um sistema mais cientificamente fundamentado para a proposição de políticas econômicas, escapando da abordagem “ética-teleológica” de seus antecessores.

O legado de Sombart não é livre de controvérsias, com inclinações mais ou menos abertas ao Nazismo sendo associadas ao autor¹⁵⁴. A afirmação de Riha serve como exemplo: “Sombart começou como marxista. No entanto, ele gradualmente desenvolveu uma atitude intensamente crítica aos ensinamentos marxianos e, ainda crendo em princípios socialistas, tornou-se por fim um nacional-socialista¹⁵⁵”. Sombart apresenta nos textos mais próximos ao fim de sua vida uma postura aparentemente favorável ao nacional-socialismo e com toques de antissemitismo, algo incongruente com sua caracterização dos judeus em textos de períodos anteriores de sua carreira, como “*Os judeus e o capitalismo moderno*”, de 1913, onde as contribuições deste grupo para o desenvolvimento do capitalismo são apresentadas¹⁵⁶. Esta é uma discussão bastante multifacetada e aparentemente intensa, mas infelizmente foge do escopo deste trabalho.

As contribuições de Max Weber para as ciências humanas são bastante conhecidas, e no que tange a EHA, Riha afirma a postura de Weber como crítica a seus métodos e à objetividade do conhecimento que tanto ela quanto os economistas de tendências clássicas atribuíam a si

¹⁵² BETZ, 1983, p.425

¹⁵³ BETZ, 1983, p.425

¹⁵⁴ Além da afirmação de RIHA, vários dos compêndios resenhados por SENN, 2005, ao abordar Sombart, ressaltam esse aspecto, como naquela de Blaug, nas pp. 202, 203, na de Galbraith, p. 209, Oser & Blanchfied, p.230. Nesta última, Senn afirma que “A seção sobre Sombart é distorcida pela ênfase de Oser e Blanchfied em seu papel para os nazistas. Pesquisas posteriores mostram que a situação não era tão simples”.

¹⁵⁵ RIHA, 1985, p. 106

¹⁵⁶ RIHA, 1985, p. 116, nota 28

mesmos¹⁵⁷. A análise empírica e compreensão do objeto estudado deveria se manter tanto quanto possível objetiva, enquanto a proposição de políticas passaria quase necessariamente por uma consideração subjetiva¹⁵⁸. No campo metodológico, apoiava uma distinção clara entre ciências naturais e humanas, cada qual com seus propósitos, com o *verstehen*, a “compreensão” sendo o objetivo fundamental das ciências humanas. A busca deste objetivo seria auxiliada por meio da utilização do “tipo ideal”, uma condensação das propriedades essenciais do objeto estudado, que torna possível a análise do objeto de forma mais simples¹⁵⁹.

Ao tratar de Weber, Schumpeter faz um elogio ao seu trabalho metodológico e à criação dos conceitos de “tipo Ideal e de Significado Pretendido”, além de recordar a ausência de objeções de Weber quanto aos teóricos econômicos e seus trabalhos¹⁶⁰. Termina seu comentário sobre Weber definindo-o como um sociólogo, mais que economista, e atribui a ele “o surgimento da Sociologia Econômica no sentido de uma análise das instituições econômicas, cujo reconhecimento [da Sociologia econômica] como um campo distinto clarifica muitas questões ‘metodológicas’¹⁶¹”. Weber também é lembrado por Schumpeter por seu papel na discussão sobre a objetividade nas ciências sociais no congresso da *Verein für Sozialpolitik* de 1909¹⁶², onde defendeu as ideias delineadas acima.

O último dos autores desta geração da EHA é Arthur Spiethoff, assistente de longa data de Schmoller e retratado como seu herdeiro intelectual¹⁶³. Suas contribuições mais célebres são aquelas para a compreensão dos ciclos econômicos, área na qual colabora com Schumpeter¹⁶⁴, inclusive sendo calorosamente elogiado por ele em seu tratamento na *História da Análise Econômica*, mas outra de suas contribuições teóricas, e a mais próxima à EHA, é a idéia de “Estilos Econômicos”.

¹⁵⁷ RIHA, 1985, p.109. Discussões acerca deste tema levariam Weber a ser um dos debatedores dentro da *Werturteilsstreit* do início do século XX.

¹⁵⁸ RIHA, 1985, p. 110

¹⁵⁹ RIHA, 1985, p. 110

¹⁶⁰ SCHUMPETER, 1987, p. 787

¹⁶¹ SCHUMPETER, 1987, p. 787

¹⁶² SCHUMPETER, 1987, p. 773

¹⁶³ RIHA, 1985, p. 112; SCHUMPETER, 1987, p.784, nota 14; BETZ 1983, p.426.

¹⁶⁴ HODGSON, 2001, p.132-133

Riha aponta esta ideia como sua tentativa de solucionar a fissura que teria se aberto entre as abordagens teórica e histórico-empírica após o *Methodenstreit*¹⁶⁵. Ela consiste no reconhecimento de padrões e regularidades que surgem na vida econômica com o passar do tempo, e que seriam responsáveis pelas diferenças existentes nas instituições econômicas, algo que remete à abordagem de Schmoller. Esses padrões seriam os “estilos econômicos”, que exigiriam teorias específicas para sua explicação, as tornando eminentemente históricas. Teorias universais, por sua vez, teriam lugar na metodologia de Spiethoff com o papel de isolar características uniformes e imutáveis no tempo e espaço, coexistindo com as teorias históricas descritas anteriormente¹⁶⁶. O estudo dos ciclos econômicos pelo autor seria um bom exemplo da aplicação desta metodologia: os ciclos teriam não apenas características únicas, relacionadas à história, mas também características compartilhadas com outros ciclos do mesmo tipo, em uma mesma época. Desta forma, tornaria-se possível explicar os ciclos ocorridos em uma época em que o “estilo econômico” de uma economia capitalista de mercado desenvolvida é prevalente¹⁶⁷, ou seja, do início do século XIX ao início do XX, mas não do período pós-1ª guerra, onde as tendências teriam se alterado significativamente.

Schumpeter descreve o método de Spiethoff como “novo em seu asseio, na clareza cristalina da distinção de seus passos, e na atenção igualmente dedicada a cada um deles”, e afirmando que ele “Não tinha o desejo de fundir a economia em uma sociologia amplamente abrangente¹⁶⁸”. Este método consistiria na utilização de hipóteses e um aparato conceitual simples, ambos elaborados para o objeto específico a ser estudado, e então passando pela análise do objeto com essas ferramentas e uma descrição do padrão emergente de forma simples. Sobre a teoria de “estilos econômicos”, Schumpeter o elogia como “altamente interessante”, e o descreve como “o reconhecimento de um grande número de ‘estilos’ históricos de vida econômica, cada qual exigindo sua própria teoria em combinação com um fundo comum de conceitos e proposições que pertencem à ‘teoria atemporal’¹⁶⁹”.

¹⁶⁵ RIHA, 1985, p. 112

¹⁶⁶ RIHA, 1985, p. 112

¹⁶⁷ RIHA, 1985, p. 113

¹⁶⁸ SCHUMPETER, 1987, p. 785

¹⁶⁹ SCHUMPETER, 1987, p. 784

Sombart, Weber e Spiethoff representam a última geração da EHA, após a qual a escola perderia paulatinamente sua proeminência. A Iª Guerra Mundial e o fracasso das políticas propostas para resolver os problemas de hiperinflação de forma definitiva são apontados por Riha¹⁷⁰ como um dos fatores determinantes para isto. A *Verein für Sozialpolitik* seria dissolvida em 1936 alguns anos após a ascensão dos nazistas. Hodgson aponta o fim da EHA como ocorrendo em um período posterior, com a IIª Guerra Mundial e o nazismo¹⁷¹, e escolhendo como marcador de seu fim a morte de Sombart, em 1941¹⁷². A 1ª Guerra Mundial causou também um forte impacto na reputação dos economistas da EHA, dado o fato de alguns de seus líderes, como Schmoller e Brentano, assinaram o chamado “Manifesto dos 93”, um documento declarando apoio às ações militares alemãs no início da guerra. O próximo capítulo tratará do assunto do ocaso da EHA com mais detalhes, expondo também os novos debates que surgiram a partir dos anos 1980 sobre a mesma.

¹⁷⁰ RIHA, 1985, p.113-114; p118, nota 75

¹⁷¹ HODGSON, 2001, p.132-133

¹⁷² HODGSON, 2001, p.59

2. Legados, Debates, uma Reabilitação?

Após esta longa exposição dos autores e gerações da EHA, que buscou criar um panorama desta escola a partir da contraposição de visões de períodos e autores diferentes, é possível apresentar dois debates atuais acerca dela. O primeiro deles diz respeito à existência ou não de uma, ou várias das gerações da EHA e como elas se caracterizam, e o segundo diz respeito a uma reavaliação das contribuições desta escola para o pensamento econômico. Alguns dos textos abordados neste trabalho sobre o debate trabalham ambas as questões, portanto tentaremos evitar repetições dos argumentos tanto quanto possível.

Os debates sobre a existência ou não desta escola, e como ela deve ser definida foram sinalizados no capítulo anterior, assim como o texto de Lindenfeld (1993), “O mito da Antiga Escola Histórica Alemã”. Este autor associa a prevalência da ideia da AEHA como um caso de “(...) uma história teleológica, linear, onde a antiga escola precede a nova tal como o antigo testamento precede o novo – como uma prefiguração daquilo que estava por vir”, que causaria uma série de distorções sobre a própria compreensão da teoria econômica alemã. A crítica de Lindenfeld ao conceito de “Antiga Escola Histórica Alemã” se relaciona a três pontos de distorção¹⁷³: 1 – a ideia de que a EHA teria expulso outras tradições teóricas da Alemanha; 2- que a ênfase na História como um elemento central em suas análises diferenciava de maneira clara os autores da EHA de seus contemporâneos; 3- de que ela seria pioneira no uso combinado de elementos históricos e econômicos como método.

A refutação do primeiro ponto é feita a partir da apresentação de diversas ocasiões onde autores de escolas aparentemente opostas contribuíram entre si, como contribuições de Knies e Albert Schäffle para a elaboração por Menger de sua teoria da utilidade marginal¹⁷⁴ além dos supracitados casos da incongruência entre as declarações dos membros da AEHA e as teorias nas quais seus trabalhos se apoiavam¹⁷⁵. O segundo ponto ecoa a crítica de Schumpeter ao termo ao apontar a baixa precisão de definir uma escola simplesmente por seu declarado uso

¹⁷³ Alguns dos quais já trabalhados por Schumpeter na *História da Análise Econômica*, e comentados no capítulo anterior, quando tratamos da AEHA.

¹⁷⁴ LINDENFELD, 1993, p.410

¹⁷⁵ A declaração sobre “Molho Histórico em um prato Clássico” vêm à mente.

da História, e utiliza argumentos semelhantes como contraponto. Lindenfeld cita Friedrich List, Lorenz von Stein e Rudolf von Gneist como autores fora da Escola Histórica¹⁷⁶ cujos trabalhos se apoiam de forma pesada em análises históricas e “(...) em alguns casos, avançando consideravelmente à frente da EHA na condução de pesquisas históricas de fato¹⁷⁷”. List é lembrado por seu *Sistema Nacional de Economia Política*, onde utiliza histórias nacionais como fonte de inspiração para sua teoria de estágios; Stein por apontar as raízes dos fenômenos revolucionários imbricadas nas mudanças que a modernização¹⁷⁸ havia trazido; e Gneist por retirar da observação histórica lições para a administração equilibrada das tensões entre classes. Lindenfeld concede que os últimos dois exemplos, Stein e Gneist, não são estritamente ligados a economia, mas justifica o fato com o terceiro ponto, afirmando que as *Staatswissenschaften*¹⁷⁹ na qual os membros da AEHA lecionavam já combinavam ferramentas de análise histórica e econômica desde o final do século XVIII. Outro elemento que tiraria da AEHA o pioneirismo na aplicação de métodos históricos à pesquisa econômica são as pesquisas de Georg Hanssen sobre a história da economia agrícola a partir das formas de ocupação do solo¹⁸⁰, que precede os trabalhos históricos da AEHA.

O que constituía o “grão de verdade” no mito da AEHA seria, segundo Lindenfeld, a questão das proclamações e invocações da utilização de um método histórico feitas pelo “triumvirato” que supostamente a compunha. “Me parece que a própria frase ‘método histórico’ funcionava como uma unidade de ideia, no sentido de ser um ponto focal para necessidades e impulsos intelectuais variados¹⁸¹”, ou seja, o conceito de “método histórico” ou de uma “escola histórica” condensaria de forma simples uma série de posicionamentos comuns a uma geração de intelectuais. Lindenfeld associa essa necessidade de símbolos a “períodos de rápida

¹⁷⁶ Apesar de List figurar frequentemente como “precursor” da EHA

¹⁷⁷ LINDENFELD, 1993, p. 410.

¹⁷⁸ Lindenfeld aponta na página 411 que “Stein foi um dos primeiros a capturar a totalidade das mudanças políticas, econômicas e sociais que chamamos de ‘modernização’ como um todo uno, e a observar a história francesa de revolução à revolução como sua narrativa”

¹⁷⁹ “Ciências do Estado”

¹⁸⁰ Schumpeter, na *História da Análise Econômica*, cita Hanssen quando trata da Nova Escola História Alemã. (SCHUMPETER, 1987, p. 778).

¹⁸¹ LINDENFELD, 1993, p. 414

transição¹⁸²”, e apresenta por meio de uma citação de Albert Schäffle outros termos utilizados como palavras de ordem da época, como “nação”, “autonomia” e “reforma¹⁸³”. A conclusão¹⁸⁴ de Lindenfeld é a de que pouco liga esta geração da EHA à próxima, senão o estabelecimento de termos vagos dos quais “(...) a geração subsequente forjaria novas metodologias e programas de pesquisa, que resultaram de fato, entre outras coisas, em um estilo distintamente alemão de economia”, ou seja, os autores normalmente associados à AEHA poderiam ser considerados, como List, como precursores da NEHA, que seria uma escola de fato.

Heath Pearson, em seu texto “Was there really a German Historical School of Economics” cita Lindenfeld (1993) e Betz (1988)¹⁸⁵ como exemplos de textos onde há uma tentativa de se situar a EHA, e o que ela representava, frente ao uso comum do termo basicamente como uma forma de agrupar uma série de autores intensamente diferentes entre si, servindo como “(...) contraste para o paradigma clássico dominante¹⁸⁶”. A tese de Pearson é a de que o próprio termo seria uma construção infeliz, e como alternativa, ele propõe um outro tipo de agrupamento, de maior utilidade.

Seu argumento contra o conceito de EHA pode ser separado na refutação de cada um dos constituintes de seu nome. A EHA não seria uma escola, não seria histórica e não seria particularmente alemã¹⁸⁷. Apesar das declarações dos economistas da AEHA quanto à historicidade de seu método, Pearson afirma que isto, principalmente no caso de Roscher, seria mais uma questão de propaganda do que um compromisso de fato a um método eminentemente histórico, uma forma de aproveitar-se da reputação da Escola Histórica Alemã de Jurisprudência e ao mesmo tempo ressaltar a sua oposição aos economistas clássicos. Segundo Pearson, apesar do sucesso de Roscher nestes quesitos, deve-se questionar o quanto este termo continua servindo para os economistas atuais¹⁸⁸. Além disso, nem os economistas

¹⁸² LINDENFELD, 1993, p. 415

¹⁸³ LINDENFELD, 1993, p. 415.

¹⁸⁴ (Um pouco anticlimática)

¹⁸⁵ Comentaremos Betz mais profundamente na seção sobre os legados da EHA.

¹⁸⁶ PEARSON, 1999, p.547.

¹⁸⁷ PEARSON, 1999, p.547. Seguiremos a linha argumentativa do autor, que começa pelo aspecto “alemão”, então “histórico” e por fim “escolar”.

¹⁸⁸ PEARSON, 1999, p. 548

rivais àqueles da AEHA eram completamente ahistóricos, nem a produção destes economistas parece particularmente histórica¹⁸⁹.

Haveria uma “saída pela tangente” para esta questão, segundo Pearson, onde se poderia afirmar que a historicidade da EHA se referiria a uma postura metodológica idiográfica, ou seja, que renunciava a teoria generalizante em favor da descrição detalhada dos fenômenos individuais. No entanto este argumento não seria suficiente, porque ao contrário de uma postura metodológica particularmente idiográfica, os economistas da EHA teriam como objetivo gerar generalizações robustas a partir de seus estudos¹⁹⁰. Isto é facilmente perceptível na AEHA, com o “molho histórico em prato clássico” de Roscher, por exemplo, mas também pode ser percebido na NEHA, uma vez que muitos de seus autores, como Knapp e Brentano, também trabalhavam com a elaboração de teorias relativamente “puras¹⁹¹”. O *Grundriss* de Schmoller seria também prova da ausência de hostilidade deste em relação às teorias.

Em outra arena, os membros da EHA teriam pouca aceitação como pares dentre os historiadores de seu período por seus posicionamentos políticos e ações claramente em favor das reformas sociais, o que adicionaria motivos para os primeiros considerarem o adjetivo “histórico” inadequado¹⁹². O último motivo apresentado por Pearson seria a existência de alternativas claramente mais adequadas, como “evolucionária” ou “institucional”, que definiriam melhor no primeiro caso o uso de conceitos de desenvolvimento socioeconômico dividido em estágios e, no segundo, a tese da historicidade das instituições, que os separaria de forma mais clara dos clássicos. Pearson é favorável a uma terceira nomenclatura: “Cultural”, que englobaria tanto aspectos institucionais em um sentido estrito quanto culturais e éticos. Isto também adicionaria a esta categoria uma série de outros autores, de Menger aos Ordoliberais, passando por Schumpeter¹⁹³, além de todo o marxismo.

¹⁸⁹ Como já comentado no texto de Schumpeter.

¹⁹⁰ PEARSON, 1999, p. 550.

¹⁹¹ PEARSON, 1999, p. 551

¹⁹² PEARSON, 1999, p. 552

¹⁹³ PEARSON, 1999, p. 554

Passando ao aspecto da escola não ser estritamente alemã, Pearson afirma que ela constituía um movimento cujo centro estava na Alemanha, mas com contribuições de uma série de países europeus, uma afirmação já presente no texto de Schumpeter¹⁹⁴. Exemplos seriam as análises de instituições sociais elaboradas pelos economistas clássicos, como Smith e Hume, na Inglaterra por T.E. Cliffe Leslie e John Ingram e nos EUA por Veblen, Ely e Commons¹⁹⁵.

O argumento da não-constituição de uma escola seria corroborado por um uso corrente do termo “escola” com um sentido subentendido de “(...) um grupo de pensadores de ideias tão similares que não apenas concordam com questões relevantes, mas também tendem a chegar às mesmas respostas¹⁹⁶”, ao qual a EHA não se adequaria. As conclusões sobre a origem das instituições dentre os autores dela não seriam as mesmas, nem quanto a que tipos de instituição serviriam melhor ao bem público, o que também se refletiria nas políticas propostas pela escola. Portanto, segundo o autor dentro deste parâmetro usual não seria adequado o uso do termo “escola” para definir este grupo de economistas.

A conclusão de Pearson é, no entanto, consideravelmente mais polêmica, e foge ao objetivo deste trabalho. Esta conclusão propõe que seria de um valor pedagógico muito maior o uso de um conceito de economia “Cultural”, abarcando autores tão díspares quanto Marx, Weber, Veblen e a EHA. Motivos para isso seriam a simplicidade do conceito, a associação com áreas “em alta”¹⁹⁷, como a economia institucional e evolucionária, uma representação mais completa do “tom intelectual” da época e uma possibilidade de reabilitar os autores da EHA, desvinculando-a do rótulo de negativo de “aversão à teoria”. A réplica de Caldwell faz sua entrada com uma crítica sobre a proposta de Pearson.

Caldwell concorda com os primeiros três argumentos de Pearson, no entanto afirmando que eles não são particularmente novos para os estudiosos do assunto¹⁹⁸. Sua crítica se

¹⁹⁴ As seções finais do capítulo 4 da parte 4 comentam desenvolvimentos historicistas na Itália, França e Grã-Bretanha, com uma seção relativa ao Institucionalismo Americano que não veio a ser escrita.

¹⁹⁵ PEARSON, 1999, p.556. O texto de Hodgson, “How Economics Forgot History”, tem passagens dedicadas a quase todos estes autores, ressaltando os aspectos da especificidade histórica contido em suas teorias.

¹⁹⁶ PEARSON, 1999, p. 557

¹⁹⁷ PEARSON, 1999, p. 558-559

¹⁹⁸ CALDWELL, 2001, p.650

concentra nas implicações que Pearson retira destes fatores, ou seja, a viabilidade de um conceito novo que amalgamasse uma infinidade de autores de escolas, metodologias e temáticas diferentes. Dado que esta parte do debate não interessa ao objetivo deste trabalho, passaremos aos argumentos apresentados por Caldwell que comprovariam a existência de uma EHA.

Este argumento é centrado na existência do chamado “sistema Althoff”, e segundo Caldwell, “(...) fornece a razão para considerar a EHA uma escola, e, para alguns, julgá-la tão negativamente¹⁹⁹”. O Sistema Althoff se refere ao período em que Friedrich Althoff comandou a secretaria de indicações para cargos acadêmicos do sistema educacional prussiano, e, segundo Caldwell, este sistema favoreceu claramente candidatos cujo posicionamento político fosse favorável ao estado prussiano. A razão disto seria a percepção das universidades como locais de treinamento para a burocracia estatal. As consequências disto são duplas: a “(...) execução dos preconceitos de Schmoller com uma eficiência prussiana²⁰⁰” e o surgimento de uma reação contra o viés político do ensino universitário capitaneada por Max Weber²⁰¹. Caldwell então afirma que a capacidade de Schmoller influenciar na indicação de professores “afetou profundamente o desenvolvimento das ciências econômicas alemãs” e que “A capacidade de impor sua vontade é razão suficiente para considerar Schmoller o líder de uma escola²⁰²”. A importância da EHA seria, portanto, de “(...) nesta época onde um paradigma único reina de forma incontestada na economia (...) manter em mente o eventual destino de outra escola cuja hegemonia foi uma vez igualmente completa²⁰³”.

Pearson oferece uma tréplica, apontando as inadequações da crítica de Caldwell, primeiro em relação ao novo conceito proposto e então aos argumentos que oferece afirmando a existência da EHA. Passaremos, novamente, de forma direta à seção de interesse. Pearson afirma que o retrato do Sistema Althoff oferecido por Caldwell é altamente distorcido em três pontos: na abrangência e hegemonia que Pearson atribui a ele, no caráter das indicações, e no

¹⁹⁹ CALDWELL, 2001, p.652

²⁰⁰ CALDWELL, 2001, p.653

²⁰¹ CALDWELL, 2001, p.653

²⁰² CALDWELL, 2001, p.654

²⁰³ CALDWELL, 2001, p.654

papel de Schmoller no sistema²⁰⁴. Quanto ao primeiro ponto, o Sistema Althoff estava longe de ser responsável por *todas* as universidades, se restringindo àquelas situadas no território Prussiano, e funcionou durante os vinte e cinco anos em que Althoff ocupou seu cargo. Grandes universidades alemãs, como a de Munique, Heidelberg e Jena, além das universidades austríacas e suíças, estavam fora de seu alcance. Quanto ao segundo ponto, há evidências de que as recomendações de Althoff, apesar de circunscritas à exigências políticas, pendiam muito mais para a diversidade que para uma visão unívoca, e frequentemente iam de encontro aos preconceitos *dos corpos docentes* de determinadas universidades. O próprio Max Weber, invocado por Caldwell como denunciador do sistema, afirmaria que sob Althoff, “Não havia espaço para o nepotismo onde ele estivesse, certamente não em seu sentido mais pedestre. (...) Suas escolhas eram frequentemente mais brilhantes que aquelas das universidades alemãs²⁰⁵”. Quanto ao papel de Schmoller, a refutação é mais simples, uma vez que Schmoller estava longe de ser o único conselheiro de Althoff nessas questões, e o próprio Schmoller frequentemente indicava para postos acadêmicos nomes cujas teorias e metodologia eram discordantes com a sua²⁰⁶. Desta forma, Schmoller estaria distante da caracterização em geral feita por seus detratores, de um “mandarim” propenso a usar seu cargo como forma de fortalecer sua própria escola. Pearson conclui seu texto retomando a questão central para este trabalho: Caldwell não teria oferecido argumentos suficientes para classificar a EHA como uma escola, e os argumentos que oferece são inadequados para sustentar sua tese. Não houve uma contra-resposta de Caldwell, até onde a pesquisa feita para este trabalho pôde averiguar.

No entanto, este debate suscita um ponto altamente interessante, que diz respeito aos interesses contidos na escrita da história, ou seja, na historiografia, neste caso, da história do pensamento econômico. A proposta de Pearson busca retirar dos nichos e rótulos autores cuja obra foi definida para as gerações posteriores por estes marcadores, e cujas contribuições poderiam ser ignoradas por este motivo; a réplica de Caldwell oferece uma argumentação que remete à de Schumpeter e aos resultados da *Methodenstreit*, onde a EHA seria responsável por

²⁰⁴ PEARSON, 2001, p.656

²⁰⁵ PEARSON, 2001, p. 658

²⁰⁶ PEARSON, 2001, p. 659

um retrocesso notável na ciência econômica alemã, resultado de uma hegemonia incontestada. Ambas as posições têm interesses contidos, de reabilitação do legado desta escola e do reconhecimento de sua importância na história das ideias econômicas, ou de retratá-la como *memento mori* para o pensamento hegemônico. Acerca deste tema é interessante a contribuição de Senn, ao tentar recuperar e analisar as formas como foi retratada a EHA nas histórias do pensamento econômico, e este texto também serve como passagem para a discussão dos legados da EHA e dos problemas metodológicos presentes para a história do pensamento econômico.

A metodologia de Senn consiste em buscar em textos que tratam da História do Pensamento Econômico as referências à EHA, e verificar onde e como ela e suas contribuições foram registradas pelos historiadores do pensamento econômico. É utilizada pelo autor uma amostra de aproximadamente 40 obras, entre “Histórias do Pensamento Econômico”, obras que tratam de “Grandes Pensadores Econômicos” e afins, cuja análise obra por obra se encontra em um extenso anexo²⁰⁷. A primeira parte do texto levanta algumas questões metodológicas: uma definição de “EHA” como compreendida pelo autor, esclarecendo qual é o critério para pesquisar referências a ela; pelo mesmo motivo, lista quais autores são considerados como “membros” dela nas diversas histórias; e como são definidas as escolas de pensamento.

Segundo Senn, há consenso quanto a caracterizar as EHAs como “um grupo de estudiosos alemães trabalhando da metade ao fim do século XIX e início do XX²⁰⁸”. Quanto aos membros, métodos e abordagens, Senn reafirma as visões trabalhadas anteriormente no texto – há pouca homogeneidade nos temas abordados, nas conclusões, nas políticas sugeridas ou nos posicionamentos políticos, mas há similaridades nos temas, na percepção da ciência econômica da época como estreita demais, e na importância do papel do Estado na regulação da sociedade e economia²⁰⁹. A proposta de definição para o termo “Escola” ultrapassa, para Senn, os limites percebidos por Pearson e Caldwell, uma vez que ela pode ser definida a partir

²⁰⁷ Anexo cujo espaço ocupado corresponde a cerca de dois terços do texto total.

²⁰⁸ SENN, 2005, p.186

²⁰⁹ SENN, 2005, p.186-187

de características compartilhadas pelos autores, *não importa quais sejam*²¹⁰. Portanto a escolha dessas características pelo historiador se torna determinante para definir que autores fazem ou não parte de uma escola. No capítulo anterior deste trabalho, como exemplo, pudemos contrapor as visões de Grimmer-Solem e Riha quanto ao pertencimento ou não de Adolph Wagner à EHA, com o primeiro excluindo-o da Escola com base em seu posicionamento antagônico a Brentano e Schmoller e seu método mais influenciado pela teoria clássica, e o segundo o incluindo, uma vez que ele também se dedica aos objetivos da reforma social e do Estado como regente deste processo. Senn afirma que, de todo modo, os historiadores do pensamento econômico mantiveram o conceito de “EHA” como uma forma de simplificar seu posicionamento no desenvolvimento da disciplina econômica²¹¹, mas que é necessário um estudo historiográfico porque “(...) não há medidas consensuais de importância ou influência²¹²”, e portanto há sempre uma medida de subjetividade dos autores ao tratar o assunto.

A segunda parte do trabalho expõe os resultados da pesquisa em relação à maneira como a EHA é descrita e quais características foram atribuídas a ela. Em primeiro lugar, de acordo com a maioria das obras consultadas, “os membros das escolas históricas alemãs não foram completamente bem-sucedidos nos objetivos que estabeleceram para si mesmos²¹³”. Senn relativiza isto, afirmando que “é necessário distinguir entre compreender o trabalho científico das escolas como observado pelos acadêmicos de seu tempo e o desenvolvimento da economia como ciência”, e aponta que “Os ataques das escolas históricas alemãs forçaram o esclarecimento de todos os assuntos dos quais trataram”, e que “Certamente, o tratamento destes assuntos pelos membros das EHA não foram o ponto final ali. Foi nas críticas posteriores e no desenvolvimento que muitos dos objetivos dos acadêmicos alemães seriam alcançados”. Em seguida o autor propõe uma avaliação dos legados da EHA a partir de uma comparação entre “o estado presente da economia com aquilo que os economistas da EHA desejavam²¹⁴”.

²¹⁰ SENN, 2005, P.188

²¹¹ SENN, 2005, p.189

²¹² SENN, 2005, p.190

²¹³ SENN, 2005, pp. 191-192

²¹⁴ SENN, 2005, p. 192

Os elementos desejados pela EHA incorporados pelo pensamento econômico moderno são segundo Senn: “um escopo mais amplo da economia, mudanças no papel do Estado na vida econômica, a atenção para a relação entre o Direito e a economia, e o reconhecimento da importância da História²¹⁵”. Apesar disso, Senn concede que mesmo que exista semelhança entre os objetivos declarados e práticas adotadas pela EHA e o estado atual da economia, “não há uma compreensão real do processo e porque algumas das metas foram aceitas e outras não²¹⁶”, mas que a EHA “deu novo ímpeto à aplicação da economia à reforma social²¹⁷” e que “Não há dúvida que as EHAs também afetaram o desenvolvimento da [visão] econômica de alguns indivíduos. (...) O trabalho das EHAs inspirou a muitos²¹⁸”.

Senn em seguida faz alguns comentários sobre a maneira como é abordada a EHA pelos autores que consulta, apontando que “o tratamento das EHAs nas histórias do pensamento econômico é um forte argumento para o estudo da sistemática da história do pensamento econômico²¹⁹”, uma vez que este tratamento varia consideravelmente de autor para autor. Essa variedade de visões e interpretações é passo para o desenvolvimento do conhecimento, que cresce segundo o autor “em sua maior parte pela correção de erros pregressos e por meio de reinterpretções. O progresso nestas duas áreas [a economia e a HPE] é medido pelo desenvolvimento de um consenso acadêmico²²⁰”. No entanto Senn afirma não reconhecer muito progresso nestes dois sentidos, visto que não há um consenso sobre quais seriam os legados da EHA, e não há erros factuais graves a serem corrigidos. O único progresso perceptível seria quanto à sofisticação das interpretações e sua capacidade de ampliar a compreensão dos fenômenos econômicos, em que as mais recentes superam as antigas no mapeamento das ideias e influência que a EHA haveria legado, mas mesmo neste caso o “progresso” dependeria de que critérios o constituem como tal. A partir da dificuldade de obter um consenso sobre o tema e de conhecer os objetivos indiretos dos autores das HPEs, o autor deixa a recomendação

²¹⁵ SENN, 2005, p. 192

²¹⁶ SENN, 2005, p. 193

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ SENN, 2005, p. 194

²²⁰ SENN, 2005, p. 195

de que “(...) precisamos saber muito mais sobre as influências que atuam sobre os autores das HPEs que levam a divergências tão grandes²²¹”.

Senn termina seu texto com novas perguntas e poucas respostas. Conclui que “(...) não há dúvidas sobre a influência das EHAs em seu tempo. Ainda que ninguém atualmente admitisse fazer parte de qualquer tipo de escola histórica, as EHAs deixaram um legado duradouro no pensamento econômico moderno²²²”, resultado das críticas feitas por ela incorporadas pelo *mainstream*. As incógnitas que restam giram em torno das questões das maneiras pelas quais pode se definir uma escola, medir a influência de uma obra, autor ou escola, gerar consenso acadêmico quanto a essas conclusões e, mais particularmente, entender como, e se, as ideias das EHAs foram associadas ao *mainstream*. Uma das últimas passagens do texto sintetiza o problema: “Escrever a história do pensamento econômica continua sendo, e provavelmente continuará a ser, uma atividade bastante individualista. Há poucas regras; a principal é evitar o uso de dados fraudulentos.²²³”.

Outro texto bastante interessante sobre o tema dos legados da EHA é o de Helge Peukert (2001), sobre a “Renascença de Schmoller”. Neste texto a autora busca mapear as discussões sobre o autor que ocorreram a partir do final dos anos 1980, e quais são as novas interpretações sobre o legado dele e, por consequência, da EHA. Peukert associa a retomada do interesse por Schmoller a dois aspectos principais: o primeiro seria uma “insatisfação geral com a teorização econômica²²⁴”, que teria diminuído muito a relevância e impacto da ciência no mundo real, e diminuído a capacidade de colaboração interdisciplinar; o segundo é uma renovação nos estudos referentes à história das ideias econômicas. Mas uma questão pertinente para a autora diz respeito ao específico foco destes estudos em Schmoller. Com base em uma série de artigos publicados sobre o autor, Peukert busca retratar a complexidade do pensamento dele, passando pelos autores que o influenciaram e à EHA, a atividade política do autor e da Escola, e as razões de seu ocaso.

²²¹ SENN, 2005, p. 196

²²² SENN, 2005, p. 197

²²³ SENN, 2005, p. 198

²²⁴ PEUKERT, 2001, p.74

Como mencionado no capítulo anterior, as razões do declínio da EHA são geralmente associadas ao contexto pós-Iª Guerra Mundial e ao fim do contexto cultural e político onde a escola havia florescido. Peukert apresenta argumentos e artigos que indicam que, apesar da dominância da EHA ter de fato desaparecido neste período, seu legado continuou em uma série de autores, como Max Weber, Arthur Spiethoff, e nas propostas dos autores associados à criação da Economia Social de Mercado. Também apresenta uma reavaliação dos resultados do *Methodenstreit* e reinterpretações da metodologia de Schmoller, tentando a compreender à luz de novas teorias da ciência, como as propostas por Popper. No entanto, o veredito de Peukert sobre este debate é de que ele não apresentou resultados muito promissores quanto ao método de Schmoller, havendo pouco consenso quanto a quais foram suas influências e qual seria o “verdadeiro objetivo” dele. Um efeito positivo desta reavaliação foi dissipar o mito de que Menger haveria “vencido” o debate, e de que os métodos da EHA seriam ao mesmo tempo atavicamente opostos a todo e qualquer tipo de teoria e crenças nas possibilidades de uma teoria indutiva de forma quase ingênua²²⁵.

Peukert aborda em seguida algumas questões sobre a presença ou não de uma “teoria” nas ideias de Schmoller, e qual seria seu caráter, apresentando também seu ponto de vista sobre estas discussões²²⁶. Um avanço nesta questão seria o reconhecimento atual da complexidade das teorias de Schmoller, e delas como base para suas propostas de políticas sociais. Segundo Peukert, Schmoller escolheu um método histórico para sua teoria porque este seria aquele capaz de compreender as relações entre os agentes (compradores e vendedores) e entre eles e as instituições, não apenas no campo econômico, mas cultural e social, que determinariam o comportamento do mercado²²⁷. O papel do Estado seria “estabelecer uma ordem (...) de modo a tornar mais iguais os lados opostos do mercado²²⁸”, o que permitiria ao mesmo tempo a ação das forças de mercado para ajustar as relações entre os agentes e a

²²⁵ PEUKERT, 2001, p. 83

²²⁶ PEUKERT, 2001, p.84-93

²²⁷ PEUKERT, 2001, p.92; Peukert afirma que para Schmoller o estado normal do mercado não seria a competição perfeita, mas um tipo de “monopólio bilateral”.

²²⁸ PEUKERT, 2001, p.93

aderência à uma “lógica social para a estabilização dos mercados²²⁹”– algo como uma “Economia Social de Mercado” *avant la lettre*. A última seção de seu texto termina com a apresentação de algumas conclusões e uma série de novas perguntas. Haveria lacunas de pesquisa nas ideias de Schmoller quanto às políticas sociais e instituições; quanto às relações e semelhanças entre o “velho” historicismo e o novo institucionalismo e quanto a aplicação de sua abordagem teórica nos dias atuais²³⁰. A autora é especialmente enfática em apontar que há poucas análises que relacionem o conjunto de programas de políticas sociais propostas por Schmoller e o dismantelamento dos sistemas de segurança social criados no pós-guerra, uma questão bastante atual em sua opinião²³¹. Esta questão também se une com a busca de alternativas teóricas para a proposição de políticas econômicas, uma vez que as teorias e políticas fundamentadas na pressuposição da primazia das decisões de indivíduos isolados, sem consideração aos efeitos globais e implicações éticas destas ações parecem ter se esgotado.

Entre os textos de Senn e Peukert, é possível apresentar algumas conclusões deste trabalho acerca da herança da EHA e de seu possível valor tanto como tema para análises historiográficas quanto como fonte de inspiração para novos debates. Senn em seu texto apresenta argumentos bastante instigantes quanto à herança da EHA, ao afirmar que muitas das críticas desta escola ao *mainstream* terminaram por ser lentamente acatadas e incorporadas por ele, o que explicaria parte do ocaso desta escola. Uma pergunta poderia surgir com a generalização da conclusão de Senn: visto que as escolas se dissipam ao se incorporarem ao *mainstream*, o que explica a continuidade da existência de determinadas escolas? O autor também toca em temas metodológicos importantes, ao questionar as formas como são representadas e registradas as contribuições dos autores na história do pensamento econômico, trazendo uma camada de discussão mais profunda em um tema onde o trabalho de muitos autores é tratado, como Betz afirma, como as “opiniões erradas de homens mortos²³²”. As conclusões do texto de Peukert saem do campo de análise metodológica e historiográfica, e nos indicam, por sua vez, que apesar das visões sobre a EHA e Schmoller terem avançado há

²²⁹ PEUKERT, 2001, p.93

²³⁰ PEUKERT, 2001, p.94

²³¹ PEUKERT, 2001, p.96

²³² BETZ, 1988, p.409

muito ainda a ser explorado sobre estes temas. As abordagens propostas pela EHA poderiam, portanto, ser de interesse em um momento onde parece haver uma necessidade cada vez maior de interdisciplinaridade e da consideração de fatores extra-econômicos na elaboração de políticas.

CONCLUSÃO

O que foi, finalmente, a EHA? No início do trabalho tentamos definir a Escola, seus autores, e o que poderia servir como ligação entre eles. Os debates recentes e autores abordados no trabalho indicam, de forma quase anticlimática, que esta questão está longe de ser fechada de forma definitiva. É possível dizer que a Escola, em alguma forma, ela era alemã, ou ao menos tinha seu centro nesta região, que tinha temas específicos, e, ao menos em uma de suas gerações, um foco intenso na resolução das questões sociais de seu período. Deste ponto de vista, não conseguimos escapar muito da formulação genérica proposta no início do trabalho, mas esperamos ter sido capazes de apresentar um pouco da complexidade que se esconde por trás desta rubrica. Ao que se expõe na análise da teoria de Schmoller feita por Peukert (2001), ainda parece haver elementos interessantes a serem discutidos acerca destes autores.

O objetivo deste trabalho era de forma sintética, fazer uma apresentação da EHA, de algumas de suas ideias e debates, uma vez que há pouco publicado em português sobre estes autores. Mesmo assim, ele atinge o seu fim com mais perguntas do que respostas, e espera servir como ponto de partida para novas pesquisas. Como exemplo, existem as questões da *Methodenstreit* e da *Verein für Sozialpolitik*, que foram mencionadas no texto, mas não trabalhadas a contento. A primeira delas, a *Methodenstreit*, seria assunto suficiente para outro trabalho do mesmo porte, uma vez que envolve não apenas questões metodológicas, ou o conflito entre Menger e Schmoller, mas também questões relativas à neutralidade na ciência, questões acerca dos limites das ferramentas analíticas usadas pelos economistas e, em um passo atrás, questões sobre como são formados os consensos na ciência econômica, que fatores políticos, sociais ou culturais favorecem a hegemonia de um ou outro conjunto de ideias, e como são registradas e julgadas essas ideias nas histórias do pensamento econômico. O texto de Peukert (2001), ao observar que houve uma séria reconsideração das conclusões sobre a *Methodenstreit*, toca em várias destas questões. A *Verein für Sozialpolitik*, como organização dedicada não apenas à pesquisa, mas também à elaboração de estudos que embasassem

políticas públicas e a reforma social, abre a possibilidade de estudos posteriores sobre formas de viabilizar pesquisas colaborativas, novamente debates sobre a neutralidade da ciência e sobre o papel dela perante os problemas de seu tempo e sobre as próprias políticas sociais e sua relação com as teorias que as embasam.

Há ainda os legados da EHA, seja como influências para a formação de novas “escolas”, como o Institucionalismo Americano, como afirmam Schumpeter e Hodgson, na forma como a economia se estruturou como disciplina em outros países, como o Japão, e nas ideias que inspiraram a Economia Social de Mercado.

O trabalho também termina com uma pequena inversão: da observação das formas como a EHA foi tratada na historiografia do pensamento econômico, é possível ampliar o escopo das questões levantadas. O tema central deste trabalho (a EHA) pode, portanto, se tornar um retrato de questões mais abrangentes sobre a própria forma como a HPE é escrita – uma historiografia da HPE. Seria necessário um trabalho mais profundo para compreender as questões de como são demarcadas as escolas de pensamento e sobre que critérios, quais os objetivos que estão embutidos na escrita da HPE, e que metodologia é a mais adequada para fazê-lo. O texto de Senn (2005) sugere que a formação de um consenso quanto às metodologias provavelmente seria ainda mais raro que na avaliação das escolas, mas isto não deveria impedir o debate sobre isto.

Enfim, espera-se que este trabalho tenha sido capaz de apresentar, ainda que em linhas gerais e de forma quase caricatural, o que afinal era o “marco” ou “obstáculo” na História do pensamento econômico que Grimmer-Solem afirmava ser a EHA. Não foi possível determinar exatamente o que foi esse marco, como denominá-lo ou quais suas implicações, mas ao menos é possível dizer – ou ao menos espera-se ser possível dizer - que já não o confundiremos mais com a proverbial “pedra no caminho”.

Referências

BETZ, Horst K. **How does the Historical School Fit?**, History of Political Economy, vol.20 nº 3, Pp. 409-430, Duke University Press, Durham, 1988.

CALDWELL, Bruce J. **There Really Was a German Historical School of Economics: A Comment on Heath Pearson.** History of Political Economy, Volume 33, Nº3, Fall, pp.649-654, Duke University Press, 2001.

GRIMMER-SOLEM, Erik. **The Rise of Historical Economics and Social Reform in Germany 1864-1894.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

HANSEN, Reginald. **Gustav Schmoller as a Scientist of Political Economy.** In BACKHAUS, Jürgen G. Handbook of the History of Economic Thought: Insights on the Founders of Modern Economics, Springer, 2012

HODGSON, Geoffrey M. **How Economics Forgot History: The problem of historical specificity in social science.** Nova Iorque: Routledge, 2001.

LINDENFELD, David F. **The Myth of the Older Historical School of Economics.** Central European History, Vol.26, nº.4, pp. 405-416, 1993.

PEARSON, Heath. **Was There Really a German Historical School of Economics?** History of Political Economy, Vol.31, nº4, Fall, 1999

PEARSON, Heath. **Response to Bruce Caldwell** History of Political Economy, Vol.33, nº3, 2001.

PEUKERT, Helge. **The Schmoller Renaissance.** History of Political Economy, Vol.33, nº1, Spring, pp.71-116, 2001

RIHA, Thomas J. **German Political Economy: The History of an Alternative Economics.** International Journal of Social Economics, Vol.12, Nºs 3,4 e 5, pp.2-248, 1985

SCHMOLLER, Gustav. **The Mercantile System and its Historical Significance.** Macmillan and Co., Norwood, 1895.

SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. Nova lorque, Routledge, 1987

SENN, Peter R. **The German historical schools in the history of economic thought**. Journal of Economic Studies, Vol.32, nº3, pp.185-255, 2005

SNOOKS, Greame D. **The Laws of History**. Nova lorque; Routledge; 1998.